

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	17
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Relatório da Administração	19
----------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	108
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	112
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	114
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	115
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	407.294.353
Preferenciais	0
Total	407.294.353
Em Tesouraria	
Ordinárias	29.539
Preferenciais	0
Total	29.539

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	16.045.650	17.694.306
1.01	Ativo Circulante	1.886.852	951.424
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.066.930	731.049
1.01.06	Tributos a Recuperar	159.035	60.820
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	159.035	60.820
1.01.06.01.01	Outros tributos a recuperar	3.749	37.041
1.01.06.01.02	Crédito de imposto de renda e contribuição social	155.286	23.779
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	660.887	159.555
1.01.08.03	Outros	660.887	159.555
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	0	61.215
1.01.08.03.02	Recebíveis de partes relacionadas	48.508	53.758
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	142.856	11.116
1.01.08.03.04	Outros ativos financeiros	70.487	0
1.01.08.03.05	Outros ativos	275.637	33.466
1.01.08.03.06	Títulos e valores mobiliários	123.399	0
1.02	Ativo Não Circulante	14.158.798	16.742.882
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.251.593	2.625.946
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.987	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.987	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.244.606	2.625.946
1.02.01.09.03	Outros ativos	483.355	837.284
1.02.01.09.04	Recebíveis de partes relacionadas	189.968	209.738
1.02.01.09.05	Outros tributos a recuperar	36.708	33.897
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	269.928	252.513
1.02.01.09.07	Instrumentos financeiros derivativos	264.647	1.292.514
1.02.02	Investimentos	12.879.007	14.084.017
1.02.02.01	Participações Societárias	12.879.007	14.084.017
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	2.713.044	2.821.205
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	10.165.963	11.262.812
1.02.03	Imobilizado	21.577	26.652
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	21.577	26.652
1.02.04	Intangível	6.621	6.267
1.02.04.01	Intangíveis	6.621	6.267
1.02.04.01.02	Intangíveis e ágios	6.621	6.267

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	16.045.650	17.694.306
2.01	Passivo Circulante	472.635	942.089
2.01.02	Fornecedores	3.330	1.151
2.01.03	Obrigações Fiscais	83.728	35.262
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	83.728	35.262
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.294	14.237
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	82.434	21.025
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	406.348
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	406.348
2.01.05	Outras Obrigações	385.577	499.328
2.01.05.02	Outros	385.577	499.328
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	23.274	23.420
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	9.800	0
2.01.05.02.05	Ordenados e salários a pagar	24.100	17.536
2.01.05.02.06	Pagáveis a partes relacionadas	306.806	427.752
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	21.597	30.620
2.02	Passivo Não Circulante	6.607.409	8.071.451
2.02.02	Outras Obrigações	6.607.409	7.652.160
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.872.619	4.710.651
2.02.02.02	Outros	2.734.790	2.941.509
2.02.02.02.03	Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	1.769.427	2.042.878
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	248.693	137.006
2.02.02.02.05	Outros tributos a pagar	136.720	178.716
2.02.02.02.06	Provisão para demanda judicial	287.296	266.540
2.02.02.02.07	Obrigações de benefício pós-empregos	163	126
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	292.491	316.243
2.02.03	Tributos Diferidos	0	419.291
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	419.291
2.03	Patrimônio Líquido	8.965.606	8.680.766
2.03.01	Capital Social Realizado	3.824.648	3.822.725
2.03.02	Reservas de Capital	921.352	896.632
2.03.02.04	Opções Outorgadas	956.318	955.326
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-34.966	-58.694
2.03.04	Reservas de Lucros	4.515.529	4.146.100
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-295.923	-184.691
2.03.08.01	Outros componentes do patrimônio líquido	-295.923	-184.691

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.546.729	1.031.535
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-134.933	-126.229
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-86.021	209.529
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.767.683	948.235
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.546.729	1.031.535
3.06	Resultado Financeiro	-792.012	-750.687
3.06.01	Receitas Financeiras	1.212.991	1.466.283
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.005.003	-2.216.970
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	754.717	280.848
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	357.425	260.320
3.08.01	Corrente	-15.008	-50.110
3.08.02	Diferido	372.433	310.430
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.112.142	541.168
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-76.057	38.915
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-76.057	38.915
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.036.085	580.083
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,73742	1,33340
3.99.01.02	ON	-0,18721	0,09588
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	2,67179	1,29760
3.99.02.02	ON	-0,18377	0,09331

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	1.036.085	580.083
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-111.232	-359.989
4.02.01	(Perdas) ganhos atuariais de plano de benefícios definido	-36.140	-19.503
4.02.02	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior - CTA	72.399	-56.785
4.02.03	Perda com hedge de fluxo de caixa em controladas em conjunto	46.605	-225.205
4.02.04	Ganho na mensuração de instrumento financeiro	6.000	-60.631
4.02.05	Realização do valor justo de propriedade para investimento	-190.735	0
4.02.06	Realização do valor justos de ativos financeiros	-9.296	0
4.02.07	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-65	2.135
4.03	Resultado Abrangente do Período	924.853	220.094

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-415.565	-490.411
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-77.088	-167.930
6.01.01.01	Depreciação e amortização	6.542	4.035
6.01.01.02	Equivalência patrimonial em controladas e associadas	-1.875.845	-1.069.414
6.01.01.03	Equivalência patrimonial em controladas em conjunto	108.162	121.179
6.01.01.05	Opção de ações outorgadas	8.369	11.279
6.01.01.06	Provisão para demandas judiciais	66.759	34.189
6.01.01.07	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	837.475	767.723
6.01.01.08	Perda com ações indenizatórias	0	-297.203
6.01.01.09	Outros	16.733	-20.566
6.01.01.10	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social em operações em continuidade	754.717	280.848
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-338.477	-322.481
6.01.02.01	Outros tributos a recuperar	-15.212	-54.363
6.01.02.02	Partes relacionadas, líquidas	-325.264	-225.234
6.01.02.03	Fornecedores	1.245	-2.709
6.01.02.04	Ordenados e salários a pagar	-10.036	-13.004
6.01.02.05	Provisão para demandas judiciais	-145	-5.897
6.01.02.06	Outros tributos a pagar	-10.898	-2.428
6.01.02.07	Depósito judicial	889	0
6.01.02.08	Outros ativos e passivos, líquidos	20.944	-18.846
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.032.424	748.456
6.02.01	Aporte de capital em controladas e coligadas	-223.370	-54.977
6.02.02	Aplicação em título e valores mobiliários	-120.367	0
6.02.03	Aquisição de participações de não controladores	-54.122	0
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas e associadas	1.494.551	534.934
6.02.05	Dividendos recebidos de controladas em conjunto	80.085	149.177
6.02.06	Aquisição de outros investimentos	-186.052	0
6.02.07	Adições ao imobilizado, intangível e investimento	-1.910	-3.947
6.02.08	Caixa recebido de venda de operações descontinuadas	1.032.271	118.123
6.02.09	Partes relacionadas	11.338	5.146
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.280.978	97.000
6.03.01	Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	0	376.880
6.03.02	Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-335.170	-376.880
6.03.03	Amortização de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-11.914	-5.553
6.03.04	Partes relacionadas	0	-21.160
6.03.05	Subscrição de acionistas não controladores	28.764	1.937
6.03.06	Instrumentos financeiros derivativos	-129.183	394.106
6.03.07	Dividendos pagos	-866.834	-272.330
6.03.08	Opções de ações exercidas	33.359	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	335.881	355.045
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	731.049	376.004
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.066.930	731.049

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.822.725	896.632	4.311.522	0	-184.691	8.846.188
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-165.421	0	0	-165.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.822.725	896.632	4.146.101	0	-184.691	8.680.767
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.923	26.832	169.397	-1.036.085	0	-837.933
5.04.01	Aumentos de Capital	1.923	-1.923	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	8.369	0	0	0	8.369
5.04.06	Dividendos	0	0	-476.688	-390.000	0	-866.688
5.04.08	Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	0	-12.973	0	0	0	-12.973
5.04.09	Opção sobre ações exercidas	0	33.359	0	0	0	33.359
5.04.10	Constituição de reserva estatutária	0	0	646.085	-646.085	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	200.031	1.036.085	-111.232	1.124.884
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.036.085	0	1.036.085
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	200.031	0	-111.232	88.799
5.05.02.06	Ganho com hedge accounting de fluxo de caixa em controlada em conjunto e subsidiárias	0	0	0	0	46.605	46.605
5.05.02.07	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	0	0	0	0	72.399	72.399
5.05.02.08	Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	0	0	0	0	-36.140	-36.140
5.05.02.09	Ganho na mensuração de instrumento financeiro	0	0	0	0	6.000	6.000
5.05.02.10	Realização do valor justo de propriedade para Investimento	0	0	190.735	0	-190.735	0
5.05.02.11	Realização do valor justos de ativos financeiros	0	0	9.296	0	-9.296	0
5.05.02.12	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de imposto	0	0	0	0	-65	-65
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.112	0	0	0	-2.112
5.06.04	Mudança de participação societária em controlada	0	-2.112	0	0	0	-2.112
5.07	Saldos Finais	3.824.648	921.352	4.515.529	0	-295.923	8.965.606

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.632.231	892.000	4.118.747	0	175.298	8.818.276
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-78.920	0	0	-78.920
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.632.231	892.000	4.039.827	0	175.298	8.739.356
5.04	Transações de Capital com os Sócios	190.494	5.125	106.273	-580.083	0	-278.191
5.04.01	Aumentos de Capital	190.494	0	-190.494	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	11.279	0	0	0	11.279
5.04.06	Dividendos	0	0	-125.002	-158.314	0	-283.316
5.04.08	Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	0	-6.154	0	0	0	-6.154
5.04.09	Constituição de reserva estatutária	0	0	474.941	-474.941	0	0
5.04.10	Constituição de reserva legal	0	0	33.329	-33.329	0	0
5.04.11	Utilização de retenção de lucro	0	0	-86.501	86.501	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	580.083	-359.989	220.094
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	580.083	0	580.083
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-359.989	-359.989
5.05.02.06	Perda com hedge accounting de fluxo de caixa em controlada em conjunto e subsidiárias	0	0	0	0	-225.205	-225.205
5.05.02.07	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	0	0	0	0	-56.785	-56.785
5.05.02.08	Ganhos atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	0	0	0	0	-19.503	-19.503
5.05.02.09	Perda com instrumento financeiro derivativo	0	0	0	0	-60.631	-60.631
5.05.02.10	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de imposto	0	0	0	0	2.135	2.135
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-493	0	0	0	-493
5.06.04	Aquisição de participação de acionistas não controladores	0	-493	0	0	0	-493
5.07	Saldos Finais	3.822.725	896.632	4.146.100	0	-184.691	8.680.766

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	3.640	380.082
7.01.02	Outras Receitas	3.640	380.082
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-151.373	-260.396
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-151.373	-260.396
7.03	Valor Adicionado Bruto	-147.733	119.686
7.04	Retenções	-6.542	-4.035
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.542	-4.035
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-154.275	115.651
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.904.616	2.453.433
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.767.683	948.235
7.06.02	Receitas Financeiras	1.212.990	1.466.283
7.06.03	Outros	-76.057	38.915
7.06.03.01	Resultado com operação descontinuada	-76.057	38.915
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.750.341	2.569.084
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.750.341	2.569.084
7.08.01	Pessoal	52.418	53.128
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-348.739	-284.775
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.010.577	2.220.648
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.112.142	541.168
7.08.04.02	Dividendos	866.688	158.314
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	245.454	382.854
7.08.05	Outros	-76.057	38.915
7.08.05.01	Resultado com operação descontinuada	-76.057	38.915

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	27.299.829	30.323.758
1.01	Ativo Circulante	6.303.857	5.165.823
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.990.930	3.129.530
1.01.03	Contas a Receber	713.468	759.710
1.01.03.01	Clientes	713.468	759.710
1.01.04	Estoques	346.173	431.117
1.01.06	Tributos a Recuperar	290.386	230.963
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	290.386	230.963
1.01.06.01.01	Outros tributos a recuperar	94.806	135.947
1.01.06.01.02	Crédito de imposto de renda e contribuição social	195.580	95.016
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	962.900	614.503
1.01.08.03	Outros	962.900	614.503
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	371.167	97.222
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	17.771	100.532
1.01.08.03.03	Recebíveis de partes relacionadas	50.257	86.600
1.01.08.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	142.856	11.321
1.01.08.03.05	Ativos mantidos para venda	0	111.638
1.01.08.03.06	Outros ativos financeiros	70.487	144.208
1.01.08.03.07	Outros ativos	310.362	62.982
1.02	Ativo Não Circulante	20.995.972	25.157.935
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.531.998	4.336.507
1.02.01.03	Contas a Receber	40.501	39.597
1.02.01.03.01	Clientes	40.501	39.597
1.02.01.06	Tributos Diferidos	330.212	335.808
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	330.212	335.808
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.161.285	3.961.102
1.02.01.09.03	Recebíveis de partes relacionadas	208.853	221.345
1.02.01.09.04	Outros tributos a recuperar	79.044	76.475
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	414.214	413.067
1.02.01.09.06	Instrumentos financeiros derivativos	729.640	2.192.327
1.02.01.09.07	Outros ativos	729.534	1.057.888
1.02.02	Investimentos	8.746.495	10.972.359
1.02.02.01	Participações Societárias	8.746.495	8.377.324
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	240.100	140.136
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	8.506.395	8.237.188
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	0	2.595.035
1.02.03	Imobilizado	389.329	401.800
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	389.329	401.800
1.02.04	Intangível	9.328.150	9.447.269
1.02.04.01	Intangíveis	9.328.150	9.447.269
1.02.04.01.02	Intangíveis e ágio	9.328.150	9.447.269

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	27.299.829	30.323.758
2.01	Passivo Circulante	3.222.805	3.345.053
2.01.02	Fornecedores	1.467.570	1.544.822
2.01.03	Obrigações Fiscais	274.679	167.961
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	274.679	167.961
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	47.124	47.720
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	227.555	120.241
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	936.000	1.230.518
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	936.000	1.230.518
2.01.05	Outras Obrigações	544.556	401.752
2.01.05.02	Outros	544.556	401.752
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	94.055	41.656
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	35.991	291
2.01.05.02.05	Ordenados e salários a pagar	121.009	106.407
2.01.05.02.06	Pagáveis a partes relacionadas	150.107	114.559
2.01.05.02.07	Outros passivos financeiros	25.734	0
2.01.05.02.08	Outras contas a pagar	117.660	138.839
2.02	Passivo Não Circulante	13.284.685	14.609.451
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.202.129	8.525.185
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	8.202.129	8.525.185
2.02.02	Outras Obrigações	3.973.808	4.715.628
2.02.02.02	Outros	3.973.808	4.715.628
2.02.02.02.03	Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	1.769.427	2.042.878
2.02.02.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	247.550	740.427
2.02.02.02.05	Outros tributos a pagar	136.720	178.716
2.02.02.02.06	Provisão para demandas judiciais	761.542	703.347
2.02.02.02.07	Obrigações de benefício pós-emprego	441.480	344.334
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	617.089	705.926
2.02.03	Tributos Diferidos	1.108.748	1.368.638
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.108.748	1.368.638
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	10.792.339	12.369.254
2.03.01	Capital Social Realizado	3.824.648	3.822.725
2.03.02	Reservas de Capital	921.352	896.632
2.03.02.04	Opções Outorgadas	956.318	955.326
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-34.966	-58.694
2.03.04	Reservas de Lucros	4.515.529	4.146.100
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-295.923	-184.691
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.826.733	3.688.488

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.541.793	8.349.181
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.586.552	-5.905.340
3.03	Resultado Bruto	2.955.241	2.443.841
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-161.810	-600.272
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.032.893	-919.166
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-570.465	-565.105
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-115.764	192.020
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.557.312	691.979
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.793.431	1.843.569
3.06	Resultado Financeiro	-1.307.869	-1.147.892
3.06.01	Receitas Financeiras	1.801.493	871.013
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.109.362	-2.018.905
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.485.562	695.677
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-60.213	85.218
3.08.01	Corrente	-112.633	-141.415
3.08.02	Diferido	52.420	226.633
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.425.349	780.895
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-35.262	100.867
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-35.262	100.867
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.390.087	881.762
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.036.085	580.083
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	354.002	301.679
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	2,73742	1,33340
3.99.01.02	ON	-0,18721	0,09588
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	2,67179	1,29760
3.99.02.02	ON	-0,18377	0,09331

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.390.087	881.762
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-131.725	-353.525
4.02.01	Perdas atuariais de plano de benefícios definido	-85.621	-28.895
4.02.02	Tributos diferidos	28.988	9.824
4.02.03	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior - CTA	72.399	-56.785
4.02.04	Perda com hedge de fluxo de caixa em controladas em conjunto	46.605	-225.205
4.02.05	Ganho na mensuração de instrumento financeiro	6.000	-60.631
4.02.06	Realização do valor justo de propriedade para investimento	-190.735	0
4.02.07	Realização do valor justos de ativos financeiros	-9.296	0
4.02.08	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-65	8.167
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.258.362	528.237
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	924.853	220.094
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	333.509	308.143

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.235.238	1.863.183
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.338.103	1.746.881
6.01.01.01	Depreciação e amortização	615.314	561.041
6.01.01.02	Equivalência patrimonial em controladas e associadas	12.820	3.185
6.01.01.03	Equivalência patrimonial em controladas em conjunto	-1.570.132	-695.165
6.01.01.04	Perda apurado nas alienações de ativo não circulante	14.824	4.743
6.01.01.05	Opção de ações outorgadas	8.369	11.279
6.01.01.06	Provisão para demandas judiciais	77.953	42.555
6.01.01.07	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	1.581.571	1.343.691
6.01.01.08	Perda com ações indenizatórias	0	-297.203
6.01.01.09	Outros	111.822	77.077
6.01.01.10	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social em operações em continuidade	1.485.562	695.678
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-102.865	116.302
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-23.904	76.014
6.01.02.02	Estoque	55.916	-74.479
6.01.02.03	Outros tributos a recuperar	119.018	-118.735
6.01.02.04	Partes relacionadas, líquidas	10.365	-68.059
6.01.02.05	Fornecedores	-115.234	504.711
6.01.02.06	Ordenados e salários a pagar	-57.278	-51.178
6.01.02.07	Provisão para demandas judiciais	-2.010	-12.298
6.01.02.08	Outros tributos a pagar	-41.478	-9.498
6.01.02.09	Depósito judicial	227	0
6.01.02.10	Operação descontinuada	70.087	22.844
6.01.02.11	Passivo atuarial	-30.262	0
6.01.02.12	Outros ativos e passivos, líquidos	-88.312	-153.020
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.171.617	77.933
6.02.01	Aporte de capital em controladas e coligadas	-18.698	-29.537
6.02.02	Aplicação em título e valores mobiliários	-363.807	0
6.02.03	Aquisição de participações de não controladores	-54.122	0
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas e associadas	4.036	2.303
6.02.05	Dividendos recebidos de controladas em conjunto	1.230.367	671.350
6.02.06	Aquisição de outros investimentos	-186.052	-66.659
6.02.07	Adições ao imobilizado, intangível e investimento	-491.279	-606.741
6.02.08	Caixa recebido de venda de operações descontinuadas	1.053.768	118.362
6.02.09	Partes relacionadas	11.338	8.282
6.02.10	Operação descontinuada	-13.934	-27.839
6.02.11	Caixa recebido na venda de ativos imobilizado e intangível	0	8.412
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.512.676	-405.150
6.03.01	Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	3.529.668	1.727.308
6.03.02	Amortização de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-3.233.588	-1.493.034
6.03.03	Amortização de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-543.091	-537.267
6.03.04	Integralização de capital em controlada	40.000	0
6.03.05	Partes relacionadas	0	-3.807
6.03.06	Subscrição de acionistas não controladores	28.764	1.937

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.03.07	Instrumentos financeiros derivativos	-414.538	550.080
6.03.08	Dividendos pagos	-1.899.978	-650.367
6.03.09	Operação descontinuada	-53.272	0
6.03.10	Opções de ações exercidas	33.359	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-32.779	53.372
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	861.400	1.589.338
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.129.530	1.540.192
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.990.930	3.129.530

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.822.725	896.632	4.311.522	0	-184.691	8.846.188	3.688.488	12.534.676
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-165.421	0	0	-165.421	0	-165.421
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.822.725	896.632	4.146.101	0	-184.691	8.680.767	3.688.488	12.369.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.923	26.832	169.397	-1.036.085	0	-837.933	-2.172.402	-3.010.335
5.04.01	Aumentos de Capital	1.923	-1.923	0	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	8.369	0	0	0	8.369	0	8.369
5.04.06	Dividendos	0	0	-476.687	-390.001	0	-866.688	-563.371	-1.430.059
5.04.08	Efeito da distribuição de dividendos para não controladores	0	-12.973	0	0	0	-12.973	12.973	0
5.04.09	Opção sobre ações exercidas	0	33.359	0	0	0	33.359	0	33.359
5.04.10	Alienação de investimento	0	0	0	0	0	0	-1.622.004	-1.622.004
5.04.11	Constituição reserva estatutária	0	0	646.084	-646.084	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	200.031	1.036.085	-111.232	1.124.884	333.509	1.458.393
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.036.085	0	1.036.085	354.002	1.390.087
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	200.031	0	-111.232	88.799	-20.493	68.306
5.05.02.06	Realização do valor justo de propriedade para Investimento	0	0	190.735	0	-190.735	0	0	0
5.05.02.07	Ganho com hedge accounting de fluxo de caixa em controlada em conjunto e subsidiárias	0	0	0	0	46.605	46.605	0	46.605
5.05.02.08	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	0	0	0	0	72.399	72.399	0	72.399
5.05.02.09	Perdas atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	0	0	0	0	-36.140	-36.140	-20.493	-56.633
5.05.02.10	Ganho na mensuração de instrumento financeiro	0	0	0	0	6.000	6.000	0	6.000
5.05.02.11	Realização do valor justos de ativos financeiros	0	0	9.296	0	-9.296	0	0	0
5.05.02.12	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de imposto	0	0	0	0	-65	-65	0	-65
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-2.112	0	0	0	-2.112	-22.862	-24.974
5.06.04	Mudança de participação societária em controlada	0	-2.112	0	0	0	-2.112	-22.862	-24.974
5.07	Saldos Finais	3.824.648	921.352	4.515.529	0	-295.923	8.965.606	1.826.733	10.792.339

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.632.231	892.000	4.118.747	0	175.298	8.818.276	3.630.997	12.449.273
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-78.920	0	0	-78.920	0	-78.920
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.632.231	892.000	4.039.827	0	175.298	8.739.356	3.630.997	12.370.353
5.04	Transações de Capital com os Sócios	190.494	5.125	106.273	-580.083	0	-278.191	-253.082	-531.273
5.04.01	Aumentos de Capital	190.494	0	-190.494	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	11.279	0	0	0	11.279	0	11.279
5.04.06	Dividendos	0	0	-125.002	-158.314	0	-283.316	-259.236	-542.552
5.04.08	Efeitos da distribuição de dividendos para não controladores	0	-6.154	0	0	0	-6.154	6.154	0
5.04.09	Constituição de reserva estatutária	0	0	474.941	-474.941	0	0	0	0
5.04.10	Constituição de reserva legal	0	0	33.329	-33.329	0	0	0	0
5.04.11	Utilização de retenção de lucro	0	0	-86.501	86.501	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	580.083	-359.989	220.094	308.143	528.237
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	580.083	0	580.083	301.679	881.762
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-359.989	-359.989	6.464	-353.525
5.05.02.06	Perda com hedge accounting de fluxo de caixa em controlada em conjunto e subsidiárias	0	0	0	0	-225.205	-225.205	0	-225.205
5.05.02.07	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	0	0	0	0	-56.785	-56.785	0	-56.785
5.05.02.08	Ganhos atuariais com plano de benefício definido líquido de imposto	0	0	0	0	-19.503	-19.503	432	-19.071
5.05.02.09	Perda com instrumento financeiro derivativo	0	0	0	0	-60.631	-60.631	0	-60.631
5.05.02.10	Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de imposto	0	0	0	0	2.135	2.135	6.032	8.167
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-493	0	0	0	-493	2.430	1.937
5.06.04	Aquisição de participação de acionistas não controladores	0	-493	0	0	0	-493	2.430	1.937
5.07	Saldos Finais	3.822.725	896.632	4.146.100	0	-184.691	8.680.766	3.688.488	12.369.254

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	9.577.879	10.780.204
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.245.524	10.391.555
7.01.02	Outras Receitas	357.738	409.704
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-25.383	-21.055
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.942.345	-7.555.070
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-5.346.336	-6.867.216
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-596.009	-687.854
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.635.534	3.225.134
7.04	Retenções	-615.314	-561.041
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-615.314	-561.041
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.020.220	2.664.093
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.771.020	1.663.860
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.557.312	691.980
7.06.02	Receitas Financeiras	1.248.970	871.013
7.06.03	Outros	-35.262	100.867
7.06.03.01	Resultado com operação descontinuada	-35.262	100.867
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.791.240	4.327.953
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.791.240	4.327.953
7.08.01	Pessoal	387.130	363.227
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.426.325	1.051.144
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.587.698	2.031.820
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.425.349	780.895
7.08.04.02	Dividendos	866.688	158.314
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	204.659	320.902
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	354.002	301.679
7.08.05	Outros	-35.262	100.867
7.08.05.01	Resultado com operação descontinuada	-35.262	100.867

COSAN S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Cosan S/A Indústria e Comércio submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, apresentado de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS). A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados em seu site de RI: ri.cosan.com.br.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O Brasil enfrentou um cenário macroeconômico bastante desafiador ao longo de 2016, mas mais uma vez conseguimos entregar crescimento de EBITDA em todos os nossos negócios. O ano foi marcado por com desemprego crescente, altas taxas de juros, atividade econômica em desaceleração, contração do PIB e instabilidade política. A volatilidade nos preços das commodities e câmbio também estiveram presentes adicionando volatilidade ao cenário interno, mas trazendo também oportunidades. Mais uma vez, nosso portfólio de negócios se provou não só resiliente como capaz de crescer num ambiente menos favorável: EBITDA, geração de caixa e lucro líquido da Cosan atingiram níveis recordes e permitindo redução de alavancagem.

Cosan S/A Proforma: O EBITDA ajustado alcançou R\$ 4,5 bilhões no ano de 2016 (+8%). O lucro líquido quase dobrou em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 101 bilhões, refletindo a melhor performance operacional dos negócios. Na Raízen Combustíveis, mantivemos o foco no crescimento da rede, no relacionamento sustentável com os postos revendedores e na otimização da nossa estratégia de suprimentos e comercialização dos produtos. Na Raízen Energia, capturamos eficiências no processo produtivo que, somadas a um cenário de preços mais favorável, permitiram um importante aumento da geração de caixa. Na Comgás, o último trimestre do ano mostrou sinais de recuperação do consumo industrial e seguimos crescendo nos segmentos residencial e comercial através de novas conexões. Na Moove, iniciamos a operação de distribuição de lubrificantes na Espanha e tivemos expansão dos volumes vendidos em todos os países de atuação. Com o melhor resultado operacional, reduzimos a alavancagem (dívida líquida/EBITDA proforma) para 1,8x ao final do período – excluindo o efeito da conta corrente regulatória da Comgás, a alavancagem atingiu 2,1x.

Raízen Combustíveis: Em 2016, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 2,8 bilhões (+13%), refletindo mais uma vez o melhor mix de vendas com mais gasolina e os ganhos oriundos da estratégia de suprimentos e comercialização dos produtos. O mercado de distribuição de combustíveis no Brasil seguiu a dinâmica observada nos últimos trimestres contraindo 5% (dados SINDICOM), afetado pela combinação de menor atividade econômica e aumento do desemprego no país. As vendas da Raízen caíram 1%, sendo que o volume vendido no ciclo Otto cresceu 1% na comparação com 2015 e 3% em gasolina equivalente. O volume de diesel vendido pela Raízen caiu 1% no ano impactado pela menor demanda de clientes no setor agrícola por conta de sazonalidade de safra no ano.

Raízen Energia: A Raízen Energia utiliza como base o ano safra, que se inicia em Abril e se encerra em Março do ano seguinte. Este trimestre, portanto, apresenta as informações do 3 trimestre do ano safra, e não o ano completo. O EBITDA ajustado, excluídos os efeitos de ativo biológico, alcançou R\$ 826 milhões (-27%) no 4T16, impactado principalmente pela menor concentração de vendas de açúcar e de etanol no período, apesar de preços médios de venda superiores. Neste trimestre, a moagem foi de 11,3 milhões de toneladas (-31%), em virtude da menor disponibilidade de cana no período quando comparado ao 4T15. Com o encerramento do período de moagem da safra 2016/17 o total de cana processada atingiu 59,3 milhões de toneladas (-1%). O clima mais seco desta safra beneficiou a moagem mas impactou negativamente a produtividade agrícola. O mix de produção foi focado na maximização da produção de açúcar: 56% no 4T16 e 57% no acumulado da safra. O custo caixa unitário em açúcar equivalente, excluindo o efeito do CONSECANA, foi 2% menor neste trimestre, evidenciando mais uma vez os ganhos com melhoria da eficiência na produção. Os investimentos do 4T16 totalizaram R\$ 457 milhões (+32%), aumento devido ao maior período de entressafra na comparação com o ano anterior. Se considerarmos o ano calendário, o desempenho do EBITDA da Raízen Energia seria de aproximadamente 4 bilhões em 2016.

Comgás: O EBITDA normalizado pelo efeito da conta corrente regulatória atingiu R\$ 1,5 milhão (+6%) em 2016, com crescimento explicado pela correção das margens de distribuição pela inflação e melhor mix de vendas. O volume total vendido no segmento industrial caiu 6% em 2016. Mas o último trimestre do ano mostrou sinais de recuperação com crescimento no período. Os volumes de venda dos segmentos residencial (+17%) e comercial (6%) seguem crescendo, melhorando o mix de vendas e contribuindo para o melhor resultado operacional em 2016. Durante o trimestre houve movimentação de R\$ 37 milhões na conta corrente regulatória, que encerrou o 4T16 com saldo de R\$ 414 milhões a favor dos clientes.

Moove: A empresa encerrou 2016 com um EBITDA total de R\$ 136 milhões (+8%). No ano de 2016, o volume de vendas da Moove no Brasil cresceu 3,9%. O volume de vendas das operações internacionais cresceu 12,8% em 2016.

MERCADO E CONDIÇÕES MACROECONÔMICAS

Combustíveis

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), em 2016, foram comercializados 122,0 bilhões de litros de combustíveis, volume 5,1% inferior comparado ao mesmo período do ano anterior, reflexo da desaceleração da economia brasileira, inflação e elevação dos índices de desemprego. Esse impacto também pode ser visto nos volumes de Diesel, cujo consumo no ano foi 54,3 bilhões de litros, 5% inferior a 2015. Os volumes de ciclo Otto (composto pela soma das vendas de gasolina com as de etanol) caíram 2,4%, reflexo da estagnação do crescimento da frota brasileira de veículos leves, e do menor volume vendido de etanol, uma vez que os preços estiveram menos competitivos dentro da paridade de aproximadamente 70%. O volume anual vendido de gasolina foi de 48 bilhões de litros, 4,5% maior que o mesmo período do ano anterior. Já o volume vendido de etanol anual foi 18,3% inferior, atingindo 14,6 bilhões de litros no YTD16. De acordo com dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), no ano de 2016 aproximadamente 2,1 milhões de veículos leves foram produzidos no país, 12,4% menor que em 2015, dos quais 88% são *flex fuel*, -0,4 pontos percentuais menos representativos que o ano anterior.

Açúcar e Etanol

De acordo com os dados divulgados pela União da Indústria de Cana-de-açúcar (ÚNICA), até a primeira quinzena de fevereiro de 2017 a região centro-sul do Brasil moeu 593,9 milhões de toneladas de cana na safra 2016/17, em linha com o mesmo período da safra anterior. Apesar de uma moagem similar, a produção de açúcar totalizou 35,3 milhões de toneladas, ou seja, 15% maior em relação ao mesmo período da safra 2015/16, em função de um mix mais voltado para o açúcar, incentivado pela alta dos preços em real. Além disso, o ATR (açúcar total recuperável) também apresentou pequena evolução. Já o volume de produção de etanol na safra 2016/17 atingiu 25 bilhões de litros, caindo 8% em relação à safra 2015/16, impulsionado pela maior rentabilidade do açúcar frente ao etanol.

Assim, a alocação para a produção de açúcar no período atingiu em média 46,6%, aumento de 5,6 pontos percentuais em relação à safra 2015/16. A alocação para produção de etanol atingiu 53,4%, estes divididos em 14,5 bilhões de litros de Hidratado e 10,6 bilhões de Anidro.

Gás Natural

Ao longo do ano, a Comgás ultrapassou a marca dos 1,6 milhão de clientes, solidificando a imagem de empresa referência no mercado e de maior distribuidora de gás natural canalizado do Brasil. No ano, a Companhia distribuiu 4,3 bilhões de metros cúbicos de gás. A distribuidora atende aos segmentos residencial, comercial e industrial, além de usinas termoelétricas, plantas de cogeração e postos de gás natural veicular (GNV). Alguns segmentos atendidos pela Comgás foram impactados no ano principalmente, pelo programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água implementado pela SABESP que impactou fortemente o consumo de gás natural nas residências com aquecedores. Em outros, a estagnação da economia, além do atual cenário político, contribuíram para um ano desafiador.

RESULTADOS ANUAIS

A. Destaques e Unidades de Negócios

A.1 Resultado Cosan Consolidado

Para efeito de demonstração das informações financeiras da Cosan Consolidado foram considerados 100% dos resultados da Comgás, Moove e do segmento Cosan Corporativo. Desde 1º de abril de 2013, mediante a adoção da norma contábil IFRS 11, os resultados da Raízen Energia e da Raízen Combustíveis são apresentados na linha "Resultado de Equivalência Patrimonial", considerando a participação proporcional (50%) no resultado. Ajustes e Eliminações representam saldos e transações entre os segmentos.

O EBITDA divulgado ao longo deste relatório segue a Instrução CVM 527/12, divulgada em 04 de outubro de 2012 pela Comissão de Valores Mobiliários, e pode diferir dos valores divulgados em períodos anteriores em virtude do ajuste de resultado de equivalência patrimonial. Por consequência, o EBITDA passa a ser constituído pelo lucro operacional antes das despesas financeiras, somado a depreciação e amortização e resultado de equivalência patrimonial.

Demonstração do Resultado do Exercício R\$ MM	2016 (jan-dez)	2015 (jan-dez)	Var.% 2016x2015
Receita operacional líquida	7.541,8	8.349,2	-9,7%
Custo dos produtos vendidos	(4.586,6)	(5.905,3)	-22,3%
Lucro bruto	2.955,2	2.443,8	20,9%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(570,5)	(565,1)	0,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(115,8)	192,0	n/a
Resultado financeiro	(1.307,9)	(1.147,9)	13,9%
Equivalência patrimonial	1.557,3	692,0	n/a
Imposto de renda e contribuição social	(60,2)	85,2	n/a
Participação de não controladores	(354,0)	(301,7)	17,3%
Operação descontinuada	(35,3)	100,9	n/a
Lucro líquido	2.639,4	2.064,4	27,9%

Indicadores R\$ MM	2016 (jan-dez)	2015 (jan-dez)	Var.% 2016x2015
EBITDA	3.408,7	2.404,6	41,8%

Devido à relevância da Raízen nas informações financeiras da Cosan, reportaremos individualmente o desempenho desse segmento, mesmo que, em virtude da adoção da norma contábil IFRS 11 – Negócios em conjunto, desde abril de 2013 a Cosan deixou de consolidar a Raízen em seu balanço patrimonial, demonstrações de resultado e dos fluxos de caixas, e o resultado desta unidade de negócio passou a ser reportado apenas na linha de "Resultado de Equivalência Patrimonial".

B. Resultado por Unidade de Negócio

B.1 Raízen Combustíveis

Apresentamos abaixo os resultados da Raízen Combustíveis, unidade de negócio de distribuição e comercialização de combustíveis por meio da rede de postos da marca Shell, fornecimento para clientes industriais e abastecimento de aeronaves.

Demonstração do Resultado do Exercício R\$ MM	2016 (jan-dez)	2015 (jan-dez)	Var.% 2016x2015
Receita operacional líquida	68.143,0	61.413,0	11,0%
Custo dos produtos vendidos	(64.445,9)	(58.196,3)	10,7%
Lucro bruto	(64.445,9)	(58.196,3)	10,7%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(1.751,1)	(1.583,1)	10,6%
Despesas com vendas	(1.303,3)	(1.188,5)	9,7%
Despesas gerais e administrativas	(447,8)	(394,6)	13,5%
EBITDA	3.414,3	2.516,9	35,7%
EBITDA ajustado	2.811,8	2.492,1	12,8%

Apesar de ter sido um ano desafiador, a Raízen Combustíveis teve um desempenho acima da média de mercado em 2016. Apesar deste, os volumes vendidos foram 2% menores que 2015 com destaque para a gasolina (+14,0%) que compensou a queda de -29,3% no volume de Etanol. A receita líquida cresceu 11% atingindo R\$ 68,1 bilhões, enquanto os custos foram 10,7% maiores que 2015 atingindo R\$ 64,5 bilhões. Em 2016, as despesas com vendas, gerais e administrativas cresceram 10,6% atingindo R\$ 1,7 bilhão.

Impulsionado pelo forte desempenho do 4T16, o EBITDA Ajustado da Raízen Combustíveis atingiu o topo do *guidance* para o ano, alcançando R\$ 2,8 bilhões, expansão de 12,8% em relação a 2015.

Os investimentos da totalizaram R\$ 797 milhões em 2016, em linha com o ponto médio do *guidance* e com o plano anual de expansão da rede de distribuição e infraestrutura. A rede de postos revendedores Shell encerrou 2016 com 6.027 postos, representando um embaqueamento líquido de 344 novos postos.

B.2 Raízen Energia

Abaixo seguem os resultados do segmento Raízen Energia, cuja principal atividade é a produção e a comercialização de uma variedade de produtos derivados de cana-de-açúcar, incluindo açúcar bruto (denominado VHP), etanol anidro e hidratado, além das atividades relacionadas à cogeração de energia a partir do bagaço da cana e operações de *trading* de etanol.

Ressaltamos que a análise das informações da Raízen Energia deve considerar o ano-safra que tem início em abril e se encerra em março do ano seguinte. Nesta divulgação apresentaremos o desempenho da Raízen Energia referente ao quarto trimestre de 2016, que representa o terceiro trimestre da safra 2016/17.

Dados Operacionais	YTD Safra 16/17 (abr-dez)	YTD Safra 15/16 (abr-dez)	Var.% YTD17xYTD16
Cana moída ('000 ton)	59.391	59.929	-0,9%
Cana moída própria	29.337	28.949	1,3%
Cana moída terceiros	30.055	30.980	-3,0%
ATR cana (kg/ton)	129,4	128,4	0,8%
TCH (Toneladas por hectare)	79,6	89,1	-10,7%
ATR/ha	10,3	11,4	-10,0%
Nível de mecanização (%)	98,2%	97,6%	58,8%
Produção			
Açúcar	4.227	4.064	4,0%
Etanol	1.990	2.068	-3,8%
Volume Vendido			
Açúcar ('000 ton)	3.195	3.183	0,4%
Etanol ('000 ton)	2.593	2.423	7,0%
Cogeração de Energia (MWh)	2.580	2.578	0,1%

Nestes nove meses da safra, as 23 usinas moeram 59,4 milhões de toneladas, 0,9% abaixo do volume total moído ao final da safra 2015/16. A produtividade agrícola permaneceu em níveis elevados com TCH de 79,6 ton/ha, abaixo dos 89,1 ton/ha do mesmo período do ano anterior. Em contrapartida, o ATR médio foi 0,8% maior, atingindo 129,4 kg/ton versus 128,2 kg/ton no mesmo período do ano anterior, o que reduz a disponibilidade de matéria-prima para a produção, que ficou em linha com os nove primeiros meses da safra anterior.

Demonstração do Resultado do Exercício R\$ MM	YTD Safra 16/17 (abr-dez)	YTD Safra 15/16 (abr-dez)	Var.% YTD17xYTD16
Receita operacional líquida	9.267,5	8.000,8	15,8%
Custo dos produtos vendidos	(7.300,4)	(6.563,9)	11,2%
Lucro bruto	1.967,0	1.436,9	36,9%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(948,4)	(846,0)	12,1%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(83,7)	(58,2)	43,7%
EBITDA	2.451,1	1.925,4	27,3%
EBITDA ajustado	2.340,1	2.290,8	2,2%

A receita líquida cresceu 14,7% e alcançou de R\$ 9,2 bilhões em 2015. O crescimento é reflexo principalmente do aumento dos volumes de açúcar, bem como maiores preços médios tanto do etanol quanto do açúcar.

Os custos de produtos vendidos cresceram 11,2%, atingindo R\$ 7,3 bilhões em 2016, em função do (i) maior volume de venda e revenda de etanol, cogeração e açúcar, e pelo aumento no preço do ATR (CONSECANA).

As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 948 milhões em 2016, um aumento de 12,1% na comparação com o ano anterior. O EBITDA de 2016 da Raízen Energia totalizou R\$ 2,4 bilhões e foi 27,3% superior ao de 2015. Já o EBITDA ajustado, excluídos os efeitos de ativo biológico e *hedge accounting*, cresceu 2,2% totalizando R\$ 2,3 bilhões, devido ao maior volume de etanol vendido e preços médios de açúcar e etanol superiores.

Os investimentos do ano totalizaram R\$ 1,2 bilhão, crescimento de 22% em relação a 2015. Este crescimento se deu por um maior dispêndio com manutenção de entressafra dado que o encerramento da moagem se deu em um período anterior ao de 2015.

B.3 Comgás

Apresentamos nesta seção os resultados da Comgás, unidade de negócio de distribuição e comercialização de gás natural na área de concessão composta por 177 municípios distribuídos pela Região Metropolitana de São Paulo, Região Administrativa de Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba no Estado de São Paulo.

Sumário das Informações Financeiras R\$ MM	2016 (jan-dez)	2015 (jan-dez)	Var.% 2016x2015
Receita operacional líquida	5.657,2	6.597,0	-14,2%
Custo dos produtos vendidos	(3.174,1)	(4.580,2)	-30,7%
Lucro bruto	2.483,1	2.016,8	23,1%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(1.002,9)	(960,3)	4,4%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(26,4)	(7,9)	n/a
EBITDA	1.964,7	1.529,9	28,4%
EBITDA normalizado	1.464,5	1.378,1	6,3%

A desaceleração econômica em 2016 impactou negativamente as vendas de gás natural da Comgás, cujo volume foi 17% menor que o ano anterior, notadamente no segmento industrial (-5,5%), cogeração (-6,6%) e Termogeração (-78%). Em 2016, foram adicionados 111,5 mil novos clientes residenciais, compensando parcialmente o impacto do lento cenário de recuperação econômica nacional, que causa uma redução no consumo médio unitário do segmento. No segmento comercial, o forte ritmo de adição de clientes (932 conexões no ano) e novas aplicações para uso do gás, refletiram no crescimento do volume de 6,3% no ano.

A receita líquida operacional da Comgás em 2016 foi de R\$ 5,6 bilhões, 14,2% abaixo do valor de 2015, enquanto os custos de gás e transporte, excluído o custo de construção, totalizaram R\$ 2,8 bilhões, valor 32% inferior ao ano anterior. Isso se deve principalmente a (i) menor volume vendido; (ii) queda do preço unitário do gás em razão da queda do dólar entre períodos.

No ano as despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 1 bilhão, 4,4% acima de 2015, confirmando o esforço de redução de despesas da empresa.

O EBITDA, normalizado pela conta corrente regulatória, apresentou um crescimento de 6,3%, totalizando R\$ 1,4 bilhão e o EBITDA IFRS encerrou o ano em R\$ 2 bilhões (+28,4%).

Os investimentos da Comgás totalizaram R\$ 464 milhões em 2016. Do total investido no ano, 66% foi destinado à expansão da rede de distribuição de gás (+1.0243 quilômetros de rede). Apesar da queda de -11,1% dos investimentos no ano, foram conectados em todos os segmentos 111,5 mil novos clientes no ano.

B.4 Moove

O resultado do segmento lubrificantes, agora conhecida como Moove, é composto pelas atividades de industrialização e distribuição de lubrificantes das marcas Mobil e Comma, revenda de óleo básico e especialidades automotivas no Brasil e em outros 40 países através de duas plantas localizadas no Rio de Janeiro, Brasil e em Kent, no Reino Unido.,

Sumário das Informações Financeiras R\$ MM	2016 (jan-dez)	2015 (jan-dez)	Var.% 2016x2015
Receita operacional líquida	1.883,7	1.751,7	7,5%
Custo dos produtos vendidos	(1.398,8)	(1.322,3)	5,8%
Lucro bruto	484,9	429,4	12,9%
Despesas totais	(427,9)	(367,1)	16,5%
EBITDA	135,6	125,8	7,9%

A receita líquida de Lubrificantes em 2015 cresceu 7,5% e atingiu R\$ 1,8 bilhão, impulsionado por um aumento de 3,7% no volume vendido, impactado pela menor taxa de câmbio que impacta as operações internacionais, . O EBITDA no ano foi de R\$ 135,6 milhões, em linha com o guidance divulgado ao mercado, 7,9% superior ao do ano de 2015.

B.5 Cosan Corporativo

Apresentamos a seguir os resultados do segmento Cosan Corporativo, que representa a estrutura corporativa da Cosan, além de efeitos pelas contingências oriundas dos negócios contribuídos à Raízen anteriores a sua formação e bem como outros investimentos.

Despesas e EBITDA R\$ MM	2016 (jan-dez)	2015 (jan-dez)	Var.% 2016x2015
Despesas gerais e administrativas	(165,1)	(154,7)	6,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(96,9)	197,7	n/a
EBITDA Ex-Equivalência Patrimonial	(258,7)	45,4	n/a
(+) Equivalência Patrimonial	2.044,2	1.035,8	97,4%
EBITDA	1.785,5	1.081,1	65,2%

As despesas gerais e administrativas da Cosan, compostas por serviços de consultorias diversas, despesas com pessoal (salários, encargos e indenizações), foram de R\$ 165,1 milhões no ano de 2016, 6,7% superior a 2015.

PROPOSTA DE RETENÇÃO DE LUCROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o lucro líquido foi destinado para o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, conforme requerido pela Lei 6.404/76, sendo que o saldo remanescente foi destinado para reserva estatutária que terá por fim reforçar o capital de giro e financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas. A destinação dos lucros, dividendos e excessos de reservas de lucros serão deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada em abril de 2017.

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

Para a Cosan, sustentabilidade se traduz em princípios e práticas que podem ser replicados ao longo do tempo, garantindo a continuidade e perenidade do negócio. É sob essa ótica que a organização vem estruturando seu modelo de gestão, especialmente, no momento em que a companhia reforça o seu posicionamento em setores essenciais para a agenda de desenvolvimento do país: energia e infraestrutura. Esses dois segmentos requerem da Cosan uma visão de longo prazo, se antecipando em soluções que mitiguem ao máximo o risco dos negócios. A gestão das empresas tem como foco garantir a qualidade do portfólio, com equipes dedicadas a cada um dos negócios, aumentando a responsabilidade e a eficiência na entrega de resultados.

O modelo de governança de sustentabilidade baseia-se em identificar e tratar os temas estratégicos em cada empresa. Grupos de trabalho multidisciplinares (GTs) foram criados para estabelecer metas e planos de ação para medir o desempenho e a evolução desses temas. Em 2014, o papel da CZZ como a *holding* responsável pela gestão do portfólio foi reforçado com o objetivo de aumentar o foco, a transparência e a independência de cada negócio e já se reflete no desempenho operacional das empresas. Essa estratégia se mostrou acertada e, hoje, a Cosan mantém um equilíbrio adequado entre energia e logística, exposição local e global e riscos e retornos por meio de um portfólio de ativos único e irreplicável.

A Raízen, que completou cinco anos de existência em 2016, finalizou a terceira emissão dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), tendo captado R\$ 675 milhões, que serão destinados ao negócio sucroenergético. A companhia tem mais de R\$ 2 bilhões em CRAs emitidos, confirmando sua solidez como uma empresa de confiança para os investidores. Em cinco anos, os investimentos se dividiram entre a adequação da infraestrutura e a padronização de programas e processos operacionais, garantindo assim a máxima segurança possível. Essa lógica deu sustentação para o momento atual de investimentos, no fator humano. O foco é a conscientização, individual e coletiva, a respeito da importância de atitudes seguras. Como resultado, os índices de acidentes com afastamento vêm diminuindo ano a ano. Além disso, atualmente, a companhia conta com 12 unidades produtivas certificadas pela Bonsucro, instituição que reconhece e atesta as boas práticas socioambientais do setor sucroenergético

Na Comgás, os programas “Zero Lesão” e “Alta Performance” são uma constante da empresa para garantir a excelência da operação. Trabalhar com segurança é um valor e prática que ultrapassa os limites físicos da companhia, refletindo no relacionamento e entrega de valor aos seus *stakeholders*. Para aprimorar suas relações e o atendimento às necessidades dos clientes, por exemplo, a empresa tem promovido ações envolvendo toda a companhia como o redesenho do serviço de auto-atendimento; monitoramento e atendimento on-line das demandas dos clientes e mudanças no modelo de atuação da Ouvidoria, com maior autonomia, poder de ação e influência. Com resultados consistentes, a Comgás adicionou – em 2015 e 2016 – mais de 200 mil novos clientes à sua base, aproximando-se da marca de 1,7 milhão de clientes, solidificando a imagem de empresa referência no mercado e de maior distribuidora de gás natural canalizado do Brasil.

A antiga Cosan Lubrificantes adotou o nome fantasia Moove como identidade corporativa com o intuito de tornar a empresa ainda mais reconhecida nos mercados nacional e internacional, sem alterar o padrão de qualidade em produtos e serviços. Uma das maiores fabricantes de lubrificantes do país, a Moove é reconhecida pelos altos padrões de qualidade e eficiência na produção e distribuição dos seus produtos. Por meio do Sistema Integrado de Gestão das Operações (Sigo), responsável pelo gerenciamento de temas ligados a saúde, segurança e meio ambiente, todos os riscos da operação são devidamente tratados. A empresa integra, ainda, o Plano de Emergência da Baía de Guanabara (PEBG), acordo que reúne órgãos governamentais e empresas com atividades na região de localização da sua planta produtiva, no estado do Rio de Janeiro.

Em 2016, a Cosan concluiu a venda de participação na Radar para a Mansilla Participações por um valor de R\$ 1,04 bilhão. A Mansilla é um veículo do fundo de investimento TIAA (Teachers Insurance and Annuity Association of America). A Cosan mantém uma participação da Radar em função da expertise no setor de gestão de terras agrícolas. Iniciativas como essas reforçam o compromisso da Cosan em produzir resultados de alta performance e entregar valor aos seus *stakeholders*, viabilizando a evolução e perenidade dos negócios da companhia.

RECURSOS HUMANOS

A Companhia considera sua política de recursos humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando a assegurar condições de atração e retenção de pessoas.

Oferecemos aos nossos empregados, abrangendo nossos executivos, pacote de benefícios que inclui refeições balanceadas, assistência médica, hospitalar e odontológica, subsídio para aquisição de medicamentos, cesta alimentar e/ou vale-alimentação, seguro de vida em grupo, bolsa de estudos, dentre outros. Todos os nossos empregados fazem jus aos programas de participação nos resultados, desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, com a participação de comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos profissionais. O pagamento é baseado no atingimento de metas e desempenho operacional e financeiro. Os membros do nosso Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios.

Em 31 de dezembro de 2016 contávamos com 29.161 empregados, incluindo Raízen. Todos os nossos empregados, inclusive os trabalhadores rurais migrantes e temporários, são contratados diretamente em regime CLT.

Companhia	Total de Funcionários
Cosan S/A Indústria e Comércio	705
Comgás	942
Raízen Combustíveis	862
Raízen Energia	26.652
Total Geral	29.161

A Companhia mantém um relacionamento harmonioso com o Sindicato de Trabalhadores que representa seus empregados. Os acordos e convenções coletivas das quais fazemos parte ou negociamos diretamente geralmente têm duração de 12 meses. A Companhia preza pelo cumprimento da legislação trabalhista aplicável, adotando rigorosamente todas as condições acordadas nos instrumentos coletivos celebrados com os sindicatos, aplicando-as igualmente aos empregados sindicalizados e não-sindicalizados.

A companhia garante aos seus empregados a livre associação sindical em conformidade com disposto no Artigo 8º da Constituição Federal.

Em 2016, destaca-se a implantação do projeto de Mapeamento Estratégico de Pessoas, com foco em diagnóstico de potencial para desenvolvimento de um pipeline de liderança robusto, capaz de garantir o crescimento sustentável de nossos negócios. Além disso, foi também aprovado um novo plano de remuneração baseado em ações, visando a fortalecer o alinhamento dos interesses de nossos executivos ao dos acionistas.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Cosan é uma sociedade anônima de capital aberto. Em 31 de dezembro de 2016 o capital social estava representado por 407.294.353 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A Companhia fez sua oferta inicial de ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) em novembro de 2005, listada no mais alto nível de governança corporativa da BM&FBOVESPA, o Novo Mercado. O Grupo Cosan é pioneiro no setor sucroenergético, tornando-se o primeiro grupo brasileiro do setor a abrir o capital no Brasil e nos Estados Unidos da América, através da sua controladora Cosan Limited. O relacionamento da Companhia com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela divulgação de informações com transparência e caracterizado pelo respeito aos princípios dos mais altos níveis de governança, legais e éticos. A área de Relações com Investidores faz contatos com investidores e analistas de mercado, promovendo eventos para a divulgação de informações relativas ao desempenho da Companhia. A Cosan mantém um site de relações com investidores contendo informações sempre atualizadas, específicas, segmentadas e direcionadas para os públicos distintos que acessam as plataformas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Cosan conduz suas operações em conformidade às boas práticas de governança corporativa. A Companhia está listada no principal nível de Governança Corporativa da Bovespa, denominado Novo Mercado, desde o lançamento de suas ações na bolsa de valores brasileira em 2005 e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no seu Estatuto Social.

Para garantir a transparência da gestão e dos negócios, em benefício de todos os acionistas e investidores, a Companhia conta com uma política de divulgação de informações, a qual estabelece regras e procedimentos para pessoas vinculadas à Companhia (executivos e empregados) com acesso a informações e fatos relevantes, e define os critérios, o momento e o responsável pela divulgação de tais informações aos investidores, para garantir que os dados para o mercado sejam distribuídos de forma ampla, transparente e homogênea.

A controladora da Companhia foi a primeira Emissora Privada Estrangeira (FPIs) no setor em que atua, a ser listada na Bolsa de Nova Iorque. Dessa forma, a Companhia implantou os procedimentos de controles internos visando se adequar às exigências da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) com base na metodologia estabelecida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) para controles internos. A Companhia se adequou à Seção 302 da mesma Lei, que determina que diretores executivos devam declarar que são responsáveis pelos controles e procedimentos de divulgação de informações. A Companhia constantemente vem aprimorando seus processos internos e ratificando seu compromisso com as melhores práticas de Governança Corporativa.

Em linha com as melhores práticas de governança, a Companhia possui diversos órgãos para monitorar o desempenho da Administração, tais como: (i) Conselho de Administração, (ii) Comitê de Gestão de Risco – formado por membros do Conselho de Administração, sendo um deles conselheiro independente; (iii) Comitê de Auditoria Estatutário, com participação de membros independentes e do Conselho de Administração, aprovado em 28 de março de 2012 com o objetivo de cumprir integralmente as regras de governança corporativa estabelecidas pela CVM, bem como reforçar as boas práticas em controles internos; (iv) Comitê de Remuneração - responsável por revisar e aprovar a remuneração e os benefícios concedidos membros-chave da administração; (v) Comitê de Ética - composto por membros da alta gestão da Cosan, responsável por tratar relatos recebidos no Canal de Ética da Companhia, gerenciado por empresa totalmente independente para garantir a transparência e imparcialidade e (vi) Conselho Fiscal, instaurado na AGO/E realizada no dia 31 de julho de 2013, em caráter não permanente e com mandatos até a AGO de 2014 e com 5 membros titulares sendo 2 deles independentes.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que não houve contratação da KPMG Auditores Independentes e suas partes relacionadas para a realização de outros serviços.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Cosan agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus empregados pela dedicação e esforço empreendidos. Para detalhes da análise dos resultados de 2016, visite o nosso site: ri.cosan.com.br.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Cosan S.A. Indústria e Comércio (“Cosan” ou “a Companhia”) é uma companhia de capital aberto com suas ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla CSAN3, e tem sua sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia é controlada pela Cosan Limited, que detém 62,29% do seu capital social.

A Cosan, por meio de suas controladas, atua principalmente nos seguintes segmentos de negócio: (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo por meio de sua controlada Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS (“COMGÁS”); (ii) produção e distribuição de lubrificantes licenciados sob a Marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai, além de mercado europeu e asiático com a Marca Comma (“Moove”); e (iii) demais investimentos, além das estruturas corporativas da Companhia (“Cosan outros negócios”).

A Companhia também possui participação indireta em duas companhias controladas em conjunto (“joint ventures” ou “JVs”): (i) Raízen Combustíveis S.A. (“Raízen Combustíveis”), no negócio de distribuição de combustíveis, e (ii) Raízen Energia S.A. (“Raízen Energia”), no negócio de produção e comércio de açúcar, etanol e cogeração de energia, principalmente, produzida a partir do bagaço de cana de açúcar.

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Mansilla Participações Ltda. (veículo do fundo de investimento TIAA - Teachers Insurance and Annuity Association of America), também acionista das Companhias Radar e Radar II, vendendo parte de suas ações da Radar e Radar II pelo valor de R\$ 1.053.768 pago em 04 de novembro de 2016, veja nota 15.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 16 de fevereiro de 2017

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada sociedade.

Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram apurados pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos de conversão estão registrados no patrimônio líquido dessas controladas,

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

as principais moedas funcionais das subsidiárias localizadas fora do Brasil são o dólar (US\$) ou a libra esterlina (GBP).

2.3 *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas 17 e 18 - Imobilizado e Intangível**

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado para o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o ágio é alocado são explicadas na nota 18.

A controlada COMGÁS possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Sujeito a aprovação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época. Atualmente os valores referentes a indenização não são preestabelecido ou determináveis, motivo pelo qual a Companhia não aplicou o modelo bifurcado para a contabilização do ativo financeiro.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela controlada COMGÁS durante o período de vigência do contrato de concessão, considerando a prorrogação, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), conforme divulgado na nota 18.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- **Nota 23 - Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- **Outros ativos não circulantes**

A Companhia é parte ativa em ações movidas contra a União Federal, visando as devidas indenizações decorrentes da defasagem de preços de açúcar e etanol. Um crédito de ação indenizatória é reconhecido quando é praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos.

- **Nota 32 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros**

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

- **Nota 33 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos – Passivos atuariais**

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data de balanço.

- **Nota 34 - Pagamento baseado em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas por meio de ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota 34.

- **Nota 24 - Provisão para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

- **Nota 14 - Investimento nas controladas em conjunto**

A Companhia detém 50% do direito a voto em seu acordo conjunto. A Companhia detém o controle conjunto pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para todas as atividades relevantes.

As controladas em conjunto Raízen Energia e Raízen Combustíveis são sociedades cuja forma legal faz uma separação entre as partes do acordo conjunto e a própria Companhia. Além disso, segundo os acordos contratuais, confere a Companhia e às partes do acordo, direitos aos ativos líquidos da sociedade. Por essa razão, esse acordo é classificado como *joint venture*.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos IFRS, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado ;
- Empréstimos mensurados ao valor justo por meio do resultado;e
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e do valor presente da obrigação do benefício definido e é limitado, tal como divulgado na Nota 33.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia a todos os exercícios e períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia, e suas controladas. As controladas estão listadas a seguir:

<u>Controladas</u>	<u>Participação direta e indireta</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Águas da Ponte Alta S.A. ⁽ⁱ⁾	-	65,00%
Bioinvestments Negócios e Participações S.A. ⁽ⁱ⁾	-	65,00%
Comma Oil Chemicals	100,00%	100,00%
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ⁽ⁱⁱ⁾	62,66%	61,33%
Cosan Biomassa S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	100,00%	100,00%
Cosan Cayman II Limited	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Cosan Investimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Lubes Investments Limited	100,00%	100,00%
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Luxembourg S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Cosan Paraguay S.A.	100,00%	100,00%
Cosan US, Inc.	100,00%	100,00%
Ilha Terminal Distribuição de Produto Químicos	100,00%	100,00%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A. ⁽ⁱ⁾	-	29,50%
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas ⁽ⁱ⁾	-	29,50%
Nova Santa Barbara Agrícola S.A. ⁽ⁱ⁾	-	29,50%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Proud Participações S.A. ⁽ⁱ⁾	-	65,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱ⁾	-	65,00%
Radar Propriedades Agrícolas S.A. ⁽ⁱ⁾	-	29,50%
Terras da Ponte Alta S.A. ⁽ⁱ⁾	-	29,50%
Vale da Ponte Alta S.A. ⁽ⁱ⁾	-	65,00%
Zip Lube S.A.	100,00%	100,00%

- i. Em 31 de outubro de 2016 a Companhia alienou o controle da Radar para a Mansilla Participações Ltda. (veículo do fundo de investimento TIAA - Teachers Insurance and Annuity Association of America), conforme nota 15. Com isso a Mansilla passa a deter 100% das ações preferenciais, reduzindo a participação econômica da Cosan para 3%, não afetando a influência significativa, justificando os critérios para definir a mensuração da parcela retida do investimento por meio do método de equivalência patrimonial, de acordo com o IAS 28, embora não consolide devido ao acordo de acionistas que inibe sua tomada de decisão.
- ii. A partir de 31 de dezembro de 2016, a Companhia passou sua participação para 62,66% na Comgás devido à compra de 1.327.800 ações ordinárias pertencentes a acionistas não-controladores e a venda de 143.500 ações preferências.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

- iii. A Companhia reconheceu, na linha obrigações com acionista não controladores o compromisso (*Put Option*) previsto no acordo de acionista, de recompra de participações de acionistas não controladores.

(a) Participação de acionistas não controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, tanto:

- em valor justo; ou
- em participação proporcional dos ativos líquido identificáveis da adquirida, que são geralmente a valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizados como transações de patrimônio líquido.

(b) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(c) Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

(d) Investimento em controladas em conjunto

A Companhia tem participação em *Joint Ventures*, que são entidades controladas em conjunto, em que os empreendimentos têm um acordo contratual que estabelece o controle conjunto sobre voto e as atividades econômicas das entidades. O acordo exige unanimidade para as decisões financeiras e operacionais entre os empreendimentos. A Companhia reconhece sua participação nas *Joint Ventures*, utilizando o método de equivalência patrimonial (nota 14).

(e) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados similarmente, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3.2 Moeda estrangeira

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

(b) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto se a controlada não for uma controlada integral, então a parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior (controlada, associada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste acumulado de conversão é transferido para resultado como parte do resultado na alienação.

(c) Conversão das demonstrações financeiras das controladas

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram convertidas para o Real utilizando os seguintes critérios:

- os ativos e passivos foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço;
- o resultado, resultado abrangente e os fluxos de caixa foram convertidos pela taxa de câmbio média mensal; e
- o patrimônio líquido foi convertido utilizando a taxa de câmbio histórica.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas na rubrica de patrimônio líquido denominada “Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior”.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída nestas demonstrações financeiras consolidadas e os investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas com base na respectiva moeda funcional. Para as empresas controladas, cuja moeda funcional é diferente do Real, as contas de ativos e passivos são convertidas para a moeda de reporte da Companhia, usando as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, e as receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias de câmbio do período.

As taxas de conversão do Real (R\$) para o dólar norte americano (US\$) eram R\$ 3,2591 = US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2016, R\$ 3,9048= US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2015.

3.3 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem títulos de dívida de curto prazo ativamente gerenciados pelo departamento de tesouraria da Companhia para garantir liquidez de curto prazo necessária.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, clientes e outros créditos.

(iii) Caixa restrito

O caixa restrito é representado por aplicações financeiras que são vinculadas a empréstimos da Companhia, bem como *escrow* para alienações fiduciárias.

(iv) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(v) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

(b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos, e fornecedores e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(c) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o IAS 12.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo.

(d) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo *hedge accounting*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos e registrados individualmente se:

- (i) as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- (ii) um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo; e
- (iii) o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quando continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

(i) *Hedges* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o impacto é de R\$ 443.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é mantido em outros resultados abrangentes e reclassificados para o resultado no mesmo período ou períodos em que o item não financeiro afeta o resultado. Se a transação prevista já não está prevista para ocorrer, então o saldo no patrimônio líquido é reclassificado para lucros ou prejuízos.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(ii) Hedges de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Derivativos embutidos

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

(iv) Outros instrumentos financeiros derivativos

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento e não se qualificam como *hedge accounting*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

3.4 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção e pelo valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

3.5 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- (i) o custo de materiais e mão de obra direta;
- (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- (iii) uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(iv) custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil de cada ativo, seguindo as taxas anuais de depreciação demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4%
Máquinas, equipamentos e instalações	10%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% a 20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

3.6 Intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma atualização é realizada por meio de resultado de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(d) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso sejam adequados.

(e) Contratos com clientes

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(f) Ativos intangíveis relacionados com o contrato de concessão

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

O ativo intangível é composto por: (i) direito de concessão reconhecido quando da combinação de negócios da COMGÁS, cuja amortização leva em consideração prazo remanescente da concessão linearmente, considerando a extensão dos serviços de distribuição por mais 20 anos; e (ii) ativos adquiridos ou construídos da concessão, que compreende a infraestrutura necessária para a distribuição de gás natural, e são amortizados e depreciados refletindo o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP.

O contrato de Concessão foi assinado em 31 de maio de 1999 com prazo de vigência de 30 anos. Sujeito à avaliação do Poder Concedente, a controlada tem a opção de requerer a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época. Considerando que a mensuração do ativo financeiro depende de evento futuro, nenhum ativo financeiro é reconhecido.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela COMGÁS devam ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Extinta a concessão, a Companhia tem o direito de solicitar a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados ao serviço de distribuição de gás. Atualmente os valores referentes a indenização não são preestabelecidos ou determináveis, motivo pelo qual a Companhia não aplicou o

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

modelo bifurcado para a contabilização do ativo financeiro.

3.7 Redução ao valor recuperável (impairment)

(a) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(b) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão, diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(c) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada com ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3.9 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

(b) Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

(c) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(d) Planos de benefício definido

A Companhia é patrocinadora de uma Sociedade de Previdência Privada que tem a finalidade de manter plano de suplementação de benefícios para parte de seus empregados.

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(e) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha, cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que são expressos na moeda em que os benefícios devem ser pagos. O cálculo é realizado por meio do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

3.10 Receita

(a) Receita de produtos

Receitas provenientes da venda de bens no curso normal das atividades são medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido de devoluções, descontos comerciais e abatimentos de volume. A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios de propriedade significativos foram transferidos para o cliente, a recuperação da consideração é provável, os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de forma confiável, não há envolvimento continuado de gestão com os bens, bem como o montante da receita pode ser mensurado de forma confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de forma confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita, como as vendas são reconhecidas.

(b) Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. Serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados como receita diferida sob o título de outras obrigações e contabilizados como receitas mediante a prestação de serviços efetiva.

A Companhia reconhece a receita da seguinte forma:

(i) Receita faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(ii) Receita não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência histórica anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

(iii) Receita de construção em concessão

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida na demonstração do

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

resultado pelo estágio de acabamento da obra.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção, no final do período de referência, e são incluídos no custo de linha de vendas na demonstração do resultado consolidado.

3.11 Subvenção e assistência governamentais

Subvenção e assistência governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A Companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício se refere a um item de despesa, que é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

A Companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

3.12 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

(a) Ativos arrendados

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Companhia.

(b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

3.13 *Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

3.14 *Impostos e contribuições*

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Além disso, para algumas controladas o imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base na aplicação do percentual de presunção de lucro de 32% sobre as receitas operacionais auferidas incidindo alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a receita tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre a receita auferida tributável para contribuição social.

(a) **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(b) **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- (i) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- (ii) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(iii) diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo justo valor, a presunção de que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperado por meio da venda.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

(c) Impostos indiretos

A receita líquida é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre vendas.

(d) Riscos fiscais

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações obrigações fiscais terão impacto na despesa de imposto no período em que tal determinação é efetuada.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permita aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Alterações ao IAS 12 – Tributos sobre lucro

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo IAS 8 – Receitas, IAS 11 – Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para os períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

- i. Receita de produtos: as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. Dessa forma, não identificamos na Companhia e suas controladas, até o momento, ajustes materiais no reconhecimento dessa receita.
- ii. Receita de serviços: ao aplicar os critérios do IFRS 15 para o reconhecimento de receitas ao longo do tempo, a receita pode ser reconhecida posteriormente em casos individuais na COMGÁS, que atualmente usa o método de percentual de conclusão de acordo com o IAS 11.

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando as demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiros da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente. No entanto, a Companhia poderá optar por aplicar a alteração esperada na contabilização das mudanças no valor justo do elemento a termo dos contratos de câmbio retroativamente. A Companhia não tomou qualquer decisão relativa a esta opção.

As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:

- A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido
- A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.
- A designação de determinados instrumentos patrimoniais não mantidos para renovação com valor justo nos outros resultados abrangentes.

IFRS 16 Arrendamentos

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante a norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidade que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a controlada Comgás reconhecerá novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de aluguel de imóveis. Na controlada em conjunto Raízen é esperado impactos relevantes nos contratos de arrendamentos de terras. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição aplicará.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

5 Novas normas, interpretações e alterações adotadas pela Companhia

Embora estas novas normas e alterações abaixo aplicam-se pela primeira vez em 2016, elas não têm um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia ou nas demonstrações financeiras intermediárias. A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração estão descritas abaixo:

i. Alterações ao IAS 16 Imobilizado e IAS 41 Agricultura: Plantas portadoras

Alterações dos requisitos contábeis para ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas portadoras. De acordo com as alterações, ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas portadoras não serão mais no âmbito do IAS 41 - Agricultura e sim pelo IAS 16 - Imobilizado. Após o reconhecimento inicial, as plantas portadoras serão mensuradas, segundo o IAS 16, utilizando o modelo de custo. As alterações também exigem que os produtos que crescem em plantas portadoras permanecerão no âmbito do IAS 41 mensurados pelo valor justo menos os custos de venda. Para os subsídios do governo relacionados à plantas portadoras, o IAS 20 - Contabilização de Subvenções Governamentais e Divulgação de Assistência Governamental será aplicada. Estas alterações impactam substancialmente a controlada em conjunto, Raízen Energia, e não têm qualquer efeito para as companhias que não possuem plantas portadoras.

ii. Operação descontinuada

Conforme divulgado em nota explicativa 18 devido à negociação parcial das ações do segmento Radar, e requerido pelo IFRS 5 – Ativos não correntes disponíveis para venda e operações descontinuadas - a Companhia está alterando a apresentação de suas demonstrações de resultado para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015.

iii. Parcelamento tributário

Durante 2016, a Companhia identificou, um erro imaterial no registro contábil dos ativos e passivos relativo aos parcelamentos de tributos de exercício anterior. A Administração concluiu que o efeito resultante desse erro não teve impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia nos

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016. O efeito acumulado foi reconhecido em 1ª de janeiro de 2015 no montante de R\$ 73.092.

	Controladora			31/12/2015 (Reapresentado)
	31/12/2015 (Publicado)	Impacto CPC 27 (i)	Parcelamento de tributos (iii)	
Ativos				
Ativo circulante	951.424	-	-	951.424
Investimentos em associadas	11.355.142	(92.330)	-	11.262.812
Outros tributos a recuperar	-	-	33.897	33.897
Outros ativos não circulantes	5.446.173	-	-	5.446.173
Total do ativo	17.752.739	(92.330)	33.897	17.694.306
Passivo				
Passivo circulante	942.089	-	-	942.089
Outros tributos a pagar	25.230	-	153.486	178.716
Imposto de renda e contribuição social diferidos	465.788	-	(46.497)	419.291
Passivo não circulante	7.473.444	-	-	7.473.444
Total do passivo	8.906.551	-	106.989	9.013.540
Patrimônio líquido				
Capital social	3.822.725	-	-	3.822.725
Ações em tesouraria	(58.694)	-	-	(58.694)
Reserva de capital	955.326	-	-	955.326
Outros resultados abrangentes	(184.691)	-	-	(184.691)
Reserva de lucro	4.311.522	(92.330)	(73.092)	4.146.100
Patrimônio líquido atribuível aos:				
Acionistas controladores	8.846.188	(92.330)	(73.092)	8.680.766
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	8.846.188	(92.330)	(73.092)	8.680.766
Total do passivo e patrimônio líquido	17.752.739	(92.330)	33.897	17.694.306

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado			31/12/2015 (Reapresentado)
	31/12/2015 (Publicado)	Impacto CPC 27 (i)	Parcelamento de tributos (iii)	
Ativos				
Ativo circulante	5.165.823	-	-	5.165.823
Investimentos em controladas em conjunto	8.329.518	(92.330)	-	8.237.188
Outros tributos a recuperar	42.578	-	33.897	76.475
Outros ativos não circulantes	16.844.272	-	-	16.844.272
Total do ativo	30.382.191	(92.330)	33.897	30.323.758
Passivo				
Passivo circulante	3.345.053	-	-	3.345.053
Outros tributos a pagar	25.230	-	153.486	178.716
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.415.135	-	(46.497)	1.368.638
Passivo não circulante	13.062.097	-	-	13.062.097
Total do passivo	17.847.515	-	106.989	17.954.504
Patrimônio líquido				
Capital social	3.822.725	-	-	3.822.725
Ações em tesouraria	(58.694)	-	-	(58.694)
Reserva de capital	955.326	-	-	955.326
Outros resultados abrangentes	(184.691)	-	-	(184.691)
Reserva de lucro	4.311.522	(92.330)	(73.092)	4.146.100
Patrimônio líquido atribuível aos:				
Acionistas controladores	8.846.188	(92.330)	(73.092)	8.680.766
Acionistas não controladores	3.688.488	-	-	3.688.488
Total do patrimônio líquido	12.534.676	(92.330)	(73.092)	12.369.254
Total do passivo e patrimônio líquido	30.382.191	(92.330)	33.897	30.323.758

Notas Explicativas**Cosan S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora				31/12/2015 (Reapresentado)
	31/12/2015 (Publicado)	Impacto CPC 27 (I)	Impacto operação descontinuada (ii)	Parcelamento de tributos (iii)	
Lucro antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	83.300	-	-	-	83.300
Equivalência patrimonial em associadas	1.188.730	(80.401)	(38.915)	-	1.069.414
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	(121.179)	-	-	-	(121.179)
Resultado de equivalência patrimonial	1.067.551	(80.401)	(38.915)	-	948.235
Resultado financeiro	(741.445)	-	-	(9.242)	(750.687)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	409.406	(80.401)	(38.915)	(9.242)	280.848
Imposto de renda e contribuição social	257.178	-	-	3.142	260.320
Lucro líquido das operações em continuidade	666.584	(80.401)	(38.915)	(6.100)	541.168
Lucro líquido das operações descontinuadas , líquidas de impostos	-	-	38.915	-	38.915
Lucro do período	666.584	(80.401)	-	(6.100)	580.083

Notas Explicativas**Cosan S.A. Indústria e Comércio**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado				31/12/2015 (Reapresentado)
	31/12/2015 (Publicado)	Impacto CPC 27 (i)	Impacto operação descontinuada (ii)	Correção de erro - Parcelamento de tributos (iii)	
Lucro bruto	2.528.580	-	(84.739)	-	2.443.841
Despesas operacionais	(1.271.485)	-	(20.766)	-	(1.292.251)
Lucro antes do resultado da equivalência patrimonial e do resultado financeiro líquido	1.257.095	-	(105.505)	-	1.151.590
Equivalência patrimonial em associadas	(3.186)	-	-	-	(3.186)
Equivalência patrimonial das controladas em conjunto	775.566	(80.401)	-	-	695.165
Resultado de equivalência patrimonial	772.380	(80.401)	-	-	691.979
Resultado financeiro	(1.128.154)	-	(10.496)	(9.242)	(1.147.892)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	901.321	(80.401)	(116.001)	(9.242)	695.677
Imposto de renda e contribuição social	66.942	-	15.134	3.142	85.218
Lucro líquido das operações em continuidade	968.263	(80.401)	(100.867)	(6.100)	780.895
Lucro líquido das operações descontinuadas, líquidas de impostos	-	-	100.867	-	100.867
Lucro do período	968.263	(80.401)	-	(6.100)	881.762

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

6 Informação por segmento

As informações sobre segmentos são baseadas em informações utilizadas pela Administração para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar as decisões relacionadas à aplicação dos recursos financeiros. A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base no EBITDA. A conciliação do EBITDA para o lucro (prejuízo) do exercício é apresentada a seguir.

Segmentos reportados

- (i) Raízen Energia: produção e a comercialização de uma variedade de produtos derivados de cana-de-açúcar, incluindo açúcar bruto (denominado VHP), etanol combustível, anidro e hidratado. Esse segmento também contém as atividades relacionadas à cogeração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar, além de participações em empresas de pesquisas e desenvolvimentos de novas tecnologias;
- (ii) Raízen Combustíveis: distribuição e comercialização de combustíveis, principalmente por meio da rede de postos franqueados sob a marca “Shell” no Brasil;
- (iii) COMGÁS: distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração;
- (iv) Lubrificantes: produção e distribuição de lubrificantes sob a marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai, além do mercado Europeu e Asiático com a marca Comma; e

Conciliação

- (i) Corporativo: demais investimentos, além das estruturas corporativas da Companhia. Os outros segmentos de negócio incluem subsidiárias responsáveis pela captação de empréstimos para o grupo.

Embora Raízen Energia e Raízen Combustíveis sejam investimentos contabilizados por meio de equivalência patrimonial em controladas em conjunto e já não são proporcionalmente consolidados desde a adoção do IFRS 11, a Administração continua a avaliar suas informações por segmento. Uma conciliação destes segmentos é apresentada na coluna "desconsolidação IFRS 11".

A seguir estão apresentadas as informações do resultado e dos ativos por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Segmentos reportados					Conciliação			Eliminações entre segmentos	Consolidado
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Radar	Lubrificantes	Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Financieiras		
Resultado do período:										
Receita operacional líquida	13.133.737	68.143.047	5.657.246	-	1.883.674	873	(81.276.784)	-	7.541.798	
Mercado interno	6.106.330	68.143.047	5.657.246	-	1.447.794	873	(74.249.377)	-	7.105.933	
Mercado externo	7.027.407	-	-	-	435.880	-	(7.027.407)	-	435.860	
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(9.967.530)	(64.445.939)	(3.174.134)	-	(1.398.751)	(13.666)	74.413.469	-	(4.586.522)	
Lucro bruto	3.166.207	3.697.108	2.483.112	-	484.923	(12.794)	(6.863.315)	-	2.955.271	
Despesas de vendas	(732.680)	(1.303.338)	(670.557)	-	(362.045)	(291)	2.036.018	-	(1.032.893)	
Despesas gerais e administrativas	(567.400)	(447.762)	(332.349)	-	(72.567)	(165.549)	1.015.162	-	(570.465)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(15.249)	844.257	(26.437)	-	7.523	(96.849)	(829.008)	-	(115.793)	
Resultado Financeiro	531.049	(584.487)	(263.169)	-	(77.301)	(967.399)	53.438	-	(1.307.819)	
Despesas financeiras	(918.912)	(273.874)	(730.422)	-	(49.102)	(940.841)	1.192.786	-	(1.720.385)	
Receitas financeiras	653.670	233.453	466.646	-	4.928	328.338	(887.123)	-	799.922	
Variação cambial	(57.951)	750.939	223.943	-	47.288	730.350	(692.988)	-	1.001.531	
Derivativos	854.242	(1.295.005)	(223.336)	-	(80.415)	(1.085.246)	440.763	-	(1.388.997)	
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	(68.641)	(310)	-	-	(9.755)	474.586	68.951	(477.651)	(12.800)	
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	(658.860)	-	-	-	-	1.570.132	-	-	1.570.132	
Imposto de renda e contribuição social	-	(673.099)	(369.966)	-	(553)	310.305	1.331.959	-	(60.234)	
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	1.654.426	1.532.369	820.634	-	(29.775)	1.112.141	(3.186.795)	(477.651)	1.425.349	
Lucro (prejuízo) líquido das operações descontinuadas, líquidas de impostos	-	-	-	69.261	-	(76.057)	-	(28.466)	(35.252)	
Lucro (prejuízo) atribuído aos:										
Acionistas controladores	1.654.338	1.476.244	514.228	21.664	(29.775)	1.036.084	(3.130.582)	(506.117)	1.036.084	
Acionistas não controladores	88	56.125	306.406	47.597	-	-	(56.213)	-	354.015	
Outras informações selecionadas:										
Depreciação e amortização	2.192.019	624.395	510.957	-	88.350	16.007	(2.816.414)	-	615.314	
EBITDA	3.974.256	3.414.350	1.964.726	-	136.429	1.785.242	(7.388.606)	(477.651)	3.408.766	
Adições ao imobilizado e intangível (caixa)	2.001.509	797.009	438.366	-	41.557	11.356	(2.798.518)	-	491.209	
Reconciliação EBITDA:										
Lucro (prejuízo) líquido do período	1.654.426	1.532.369	820.634	-	(29.775)	1.112.141	(3.186.795)	(477.651)	1.425.349	
Impostos de renda e contribuição social	658.860	673.099	369.966	-	553	(310.305)	(1.331.959)	-	60.214	
Resultado financeiro	(531.049)	584.487	263.169	-	77.301	967.399	(53.438)	-	1.307.869	
Depreciação e amortização	2.192.019	624.395	510.957	-	88.350	16.007	(2.816.414)	-	615.314	
EBITDA	3.974.256	3.414.350	1.964.726	-	136.429	1.785.242	(7.388.606)	(477.651)	3.408.766	

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Notas Explicativas

	Segmentos reportados					Conciliação		31/12/2015 (Reapresentado)	
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Radar	Lubrificantes	Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Resultado do período:									
Receita operacional líquida	11.080.850	61.412.966	6.597.016	-	1.751.730	435	(72.493.816)	-	8.349.191
Mercado interno	4.438.149	61.412.966	6.597.016	-	1.385.190	435	(65.851.115)	-	7.982.611
Mercado externo	6.642.701	-	-	-	366.540	-	(6.642.701)	-	366.540
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(9.148.101)	(58.196.255)	(4.580.204)	-	(1.322.326)	(2.810)	67.344.356	-	(5.905.310)
Lucro bruto	1.932.748	3.216.711	2.016.813	-	429.402	(2.374)	(5.149.459)	-	2.443.881
Despesas de vendas	(616.915)	(1.188.549)	(627.519)	-	(291.647)	-	1.805.464	-	(919.106)
Despesas gerais e administrativas	(518.848)	(394.570)	(332.763)	-	(77.666)	(154.676)	913.418	-	(565.105)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(19.147)	294.784	(7.901)	-	2.195	197.726	(275.637)	-	192.690
Resultado Financeiro	(624.695)	(124.598)	(181.889)	-	(109.860)	(856.143)	749.293	-	(1.147.832)
Despesas financeiras	(919.994)	(170.560)	(409.768)	-	(120.325)	(883.981)	1.090.554	18.333	(1.395.211)
Receitas financeiras	650.446	173.477	247.047	-	4.870	178.254	(823.923)	(18.333)	411.828
Variação cambial	(1.031.777)	(415.983)	126.282	-	(10.213)	(739.233)	1.447.760	-	(623.654)
Derivativos	676.630	288.468	(145.450)	-	15.808	588.817	(965.098)	-	459.175
Resultado de equivalência patrimonial em associadas	(42.967)	8.893	-	-	(11.596)	340.590	34.074	(332.179)	(3.865)
Resultado de equivalência patrimonial de controladas em conjunto	-	-	-	-	-	695.165	-	-	695.165
Imposto de renda e contribuição social	40.328	(536.540)	(248.354)	-	12.693	320.880	496.212	-	85.219
Lucro (prejuízo) líquido das operações em continuidade	150.504	1.276.131	618.386	-	(46.481)	541.168	(1.426.635)	(332.179)	780.894
Lucro (prejuízo) líquido das operações descontinuadas, líquidas de impostos	-	-	-	100.867	-	38.915	-	(38.915)	100.867
Lucro (prejuízo) atribuído aos:									
Acionistas controladores	150.504	1.237.984	618.386	100.867	(46.481)	580.083	(1.388.488)	(672.773)	580.083
Acionistas não controladores	-	38.147	-	-	-	-	(38.147)	301.679	301.679
Outras informações selecionadas:	150.504	1.276.131	618.386	100.867	(46.481)	580.083	(1.426.635)	(371.094)	881.761
Depreciação e amortização	2.057.365	579.603	481.287	-	75.077	4.678	(2.636.968)	-	561.662
EBITDA	2.792.236	2.516.872	1.529.916	-	125.763	1.081.109	(5.309.108)	(332.179)	2.404.609
Adições ao imobilizado e intangível (caixa)	1.776.372	797.299	521.215	-	43.464	42.062	(1.973.671)	-	608.667
Reconciliação EBITDA:									
Lucro (prejuízo) líquido do período	150.504	1.276.131	618.386	-	(46.481)	541.168	(1.426.635)	(332.179)	780.894
Impostos de renda e contribuição social	(40.328)	536.540	248.354	-	(12.693)	(320.880)	(496.212)	-	(85.219)
Resultado financeiro	624.695	124.598	181.889	-	109.860	856.143	(749.293)	-	1.147.892
Depreciação e amortização	2.057.365	579.603	481.287	-	75.077	4.678	(2.636.968)	-	561.662
EBITDA	2.792.236	2.516.872	1.529.916	-	125.763	1.081.109	(5.309.108)	(332.179)	2.404.609

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Notas Explicativa

Itens do balanço patrimonial:	Segmentos reportados			Conciliação		Eliminações entre segmentos	Consolidado
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Lubrificantes	Cosan Corporativo		
Caixa e equivalentes de caixa	2.787.588	757.140	2.108.253	203.855	1.678.822	(3.544.728)	3.990.900
Títulos e valores mobiliários	-	-	202.568	10.958	157.641	-	371.167
Contas a receber de clientes	682.813	2.518.713	513.423	240.059	487	(3.201.526)	753.989
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	1.243.260	178.060	437.137	-	310.274	(1.421.320)	747.401
Estoques	2.293.492	2.108.825	114.745	228.941	2.487	(4.402.317)	346.163
Outros ativos financeiros	711.453	-	-	-	70.487	(711.453)	70.487
Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	3.030.674	1.456.418	80.758	141.972	650.979	(4.487.092)	793.801
Outros ativos não circulantes	2.852.423	1.089.809	307.306	26.036	1.436.626	(3.942.232)	1.761.897
Investimentos em associadas	393.159	-	-	19.400	4.395.769	(393.159)	240.100
Investimentos em controladas em conjunto	-	-	-	-	8.506.395	-	8.506.395
Ativos biológicos	1.119.623	-	-	-	-	(1.119.623)	-
Propriedades para investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	10.525.166	2.379.438	-	238.346	150.983	(12.904.604)	389.399
Intangíveis	3.224.303	4.532.282	8.550.984	770.118	7.048	(7.756.585)	9.328.120
Empréstimos e financiamentos	(11.556.950)	(1.043.995)	(4.070.075)	(471.661)	(4.596.393)	12.600.945	(9.138.199)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(789.193)	(648.070)	-	(35.155)	(248.386)	1.437.263	(283.511)
Fornecedores	(1.147.089)	(1.148.013)	(1.226.634)	(232.690)	(8.246)	2.295.102	(1.467.520)
Ordenados e salários a pagar	(314.989)	(92.573)	(63.904)	(30.187)	(26.918)	407.562	(121.089)
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	-	-	-	-	(1.769.427)	-	(1.769.427)
Passivos não circulantes mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar circulantes	(1.507.193)	(2.245.227)	(211.900)	(168.995)	(369.298)	3.752.420	(662.285)
Outras contas a pagar não circulantes	(1.367.686)	(4.714.035)	(1.549.441)	(132.414)	(1.383.724)	6.081.721	(3.065.779)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	12.180.854	5.128.772	5.193.220	808.583	8.965.606	(17.309.626)	10.792.309
Ativo total	28.863.954	15.020.685	12.315.174	1.879.685	17.367.998	(43.884.639)	27.299.899
Patrimônio líquido atribuível aos:							
Acionistas controladores	12.181.816	4.941.504	5.193.220	808.583	8.965.606	(17.123.320)	8.965.606
Acionistas não controladores	(962)	187.268	-	-	-	(186.306)	1.826.733
Total do patrimônio líquido	12.180.854	5.128.772	5.193.220	808.583	8.965.606	(17.309.626)	10.792.339

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Itens do balanço patrimonial:	Segmentos reportados					Conciliação		Eliminações entre segmentos	Consolidado
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Radar	Lubrificantes	Cosan Corporativo	Desconsolidação controladas em conjunto		
Caixa e equivalentes de caixa	2.995.495	885.880	1.967.643	1.016	96.907	1.063.964	(3.881.375)	-	3.129.890
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	97.222	-	-	-	-	97.222
Contas a receber de clientes	719.092	2.058.601	540.133	38.510	220.417	247	(2.777.693)	-	799.897
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	1.465.816	255.665	665.032	-	12.363	1.615.464	(1.721.481)	-	2.292.899
Estoques	2.371.987	1.287.946	134.347	-	293.916	2.854	(3.659.933)	-	431.177
Outros ativos financeiros	-	-	-	144.208	-	-	-	-	144.208
Outros ativos circulantes	1.579.568	1.029.510	132.959	120.615	51.926	209.529	(2.609.078)	(11.525)	503.504
Outros ativos não circulantes	3.425.968	921.891	279.091	51	(135.853)	1.971.010	(4.347.859)	(9.716)	2.104.583
Investimentos em associadas	225.670	248.456	-	-	8.453	5.660.434	(474.126)	(5.528.751)	140.936
Investimentos em controladas em conjunto	-	-	-	-	-	8.237.188	-	-	8.237.188
Ativos biológicos	678.564	-	-	-	-	-	(678.564)	-	2.222
Propriedades para investimentos	-	-	-	2.595.035	-	-	-	-	2.595.035
Imobilizado	11.027.461	2.409.555	-	2.029	243.080	156.691	(13.437.016)	-	401.890
Intangíveis	3.261.623	4.414.352	8.620.436	1.669	818.362	6.802	(7.675.975)	-	9.447.269
Empréstimos e financiamentos	(11.549.211)	(3.226.849)	(3.823.066)	-	(512.759)	(5.419.878)	14.776.060	-	(9.755.703)
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	(676.321)	(67.902)	-	-	(291)	(740.427)	744.223	-	(740.708)
Fornecedores	(1.126.540)	(937.177)	(1.302.397)	(2.511)	(235.663)	(4.251)	2.063.717	-	(1.544.822)
Ordenados e salários a pagar	(315.704)	(83.214)	(65.522)	(5.684)	(15.061)	(20.140)	398.918	-	(106.477)
Outras contas a pagar circulantes	(920.298)	(968.904)	(103.334)	(35.465)	(135.942)	(209.517)	1.889.202	21.242	(463.066)
Outras contas a pagar não circulantes	(1.364.086)	(3.129.160)	(1.180.987)	(104.403)	(209.244)	(3.849.204)	4.493.246	-	(5.343.838)
Ativo total (líquido de passivos) alocado por segmento	11.799.084	5.098.650	5.864.335	2.852.292	500.611	8.680.766	(16.897.734)	(5.528.750)	12.369.254
Ativo total	27.751.244	13.511.856	12.339.641	3.000.355	1.609.571	18.924.183	(41.263.100)	(5.549.992)	30.323.788
Patrimônio líquido atribuível aos:									
Acionistas controladores	11.800.047	4.926.655	5.864.335	2.852.292	500.611	8.680.766	(16.726.702)	(9.217.238)	8.680.766
Acionistas não controladores	(963)	171.995	-	-	-	-	(171.032)	3.688.488	3.688.488
Total do patrimônio líquido	11.799.084	5.098.650	5.864.335	2.852.292	500.611	8.680.766	(16.897.734)	(5.528.750)	12.369.254

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Receita líquida de vendas, por segmento:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Segmento reportado		
Raízen Energia		
Etanol	6.480.409	4.671.006
Açúcar	5.794.771	5.557.298
Cogeração	520.468	554.876
Outros	338.089	297.670
	13.133.737	11.080.850
Raízen Combustíveis		
Combustível	68.143.047	61.412.966
	68.143.047	61.412.966
COMGÁS		
Industrial	3.640.920	4.206.947
Residencial	793.336	677.692
Termogeração	116.418	511.942
Cogeração	216.032	271.641
Automotivo	205.986	197.260
Comercial	238.390	286.491
Receita de construção	339.025	408.086
Outros	107.139	36.957
	5.657.246	6.597.016
Lubrificantes		
Produto acabado	1.642.899	1.514.005
Óleo básico	219.092	222.009
Outros	21.683	15.716
	1.883.674	1.751.730
Conciliação		
Cosan Corporativo		
Outros	873	440
	873	440
Desconsolidação de controladas em conjunto/Eliminações	(81.276.784)	(72.493.816)
Total	7.541.793	8.349.186

Principais clientes:

(i) COMGÁS e Lubrificantes

As vendas nestes segmentos são pulverizadas, não havendo clientes ou grupos econômicos específicos que representem 10% ou mais das vendas desses segmentos para os exercícios apresentados.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Bancos conta movimento	525	3	53.654	164.093
Conta remunerada ⁽ⁱ⁾	-	-	409.333	28.278
Aplicações financeiras	1.066.405	731.046	3.527.943	2.937.159
	1.066.930	731.049	3.990.930	3.129.530

(i) Os saldos de conta remunerada que em 31 de dezembro de 2015 estavam apresentados como aplicações financeiras, foram realocados para melhor apresentação.

As aplicações financeiras estão conforme abaixo:

Notas Explicativas - Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações em fundos de investimento				
Operações compromissadas ⁽ⁱ⁾	944.626	97.485	2.840.760	1.248.983
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱⁱ⁾	120.755	567.078	363.147	765.900
Outras	-	65.552	-	170.469
	1.065.381	730.115	3.203.907	2.185.352
Aplicações em bancos				
Operações compromissadas ⁽ⁱ⁾	-	-	-	407.710
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	323.036	343.083
Outras	1.024	931	1.000	1.014
	1.024	931	324.036	751.807
	1.066.405	731.046	3.527.943	2.937.159

(i) Referem-se a compras de ativos, com o compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo determinado de 90 dias ou menos ou para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

(ii) Referem-se, principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos originais de 90 dias ou menos ou para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

8 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Títulos do públicos ⁽ⁱ⁾	123.399	-	371.167	97.222
	123.399	-	371.167	97.222

(i) Referem-se a título públicos indexados pela SELIC, emitidos pelo Tesouro Nacional com liquidez diária no mercado secundário.

9 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Mercado interno	813.727	829.912
Mercado externo	11.942	16.114
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71.700)	(46.719)
	753.969	799.307
Circulante	713.468	759.710
Não circulante	40.501	39.597

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
A vencer	697.981	736.819
Vencidas		
Até 30 dias	44.093	45.365
De 31 a 60 dias	11.993	7.004
De 61 a 90 dias	3.843	3.025
Mais de 90 dias	67.759	53.813
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(71.700)	(46.719)
	753.969	799.307

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(26.113)
Adições	(21.055)
Reversões	449
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(46.719)
Adições	(30.448)
Reversões	5.467
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(71.700)

10 Estoques

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Produtos acabados	223.608	289.708
Produto em processo	73.527	86.981
Almoxarifado e outros	49.038	54.428
	346.173	431.117

O saldos estão apresentados líquido da provisão de estoques obsoletos no montante de R\$ 1.593 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3.135 em 31 de dezembro de 2015).

11 Outros tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015 (Reapresentado)</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015 (Reapresentado)</u>
ICMS	-	-	102.153	121.754
Crédito tributário	36.708	67.142	36.708	67.142
PIS / COFINS	3.720	3.718	23.671	11.700
Outros	29	78	11.318	11.826
	40.457	70.938	173.850	212.422
Circulante	3.749	37.041	94.806	135.947
Não circulante	36.708	33.897	79.044	76.475

12 Partes Relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo circulante				
Operações societárias / contratuais				
Raízen Energia S.A.	10.638	17.101	11.958	21.313
Rumo Logística Operadora Multimodal S.A	17.391	8.794	17.777	9.346
Aguassanta Participações S.A.	6.342	6.371	6.342	6.371
Cosan Biomassa S.A	2.330	427	-	-
Cosan Limited	819	982	819	982
Cosan Lubrificantes e Especialidades	803	8.436	-	-
Cosan Logística	15	18	1.442	3.534
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	7	1.035	517	-
Raízen Combustíveis S.A.	1	269	1.213	709
Outros	490	653	517	4.086
	38.836	44.086	40.585	46.341

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Operações financeiras

Raízen Energia S.A.	9.672	9.672	9.672	9.672
Raízen Combustíveis S.A.	-	-	-	1.102
Cosan Limited	-	-	-	29.485
	9.672	9.672	9.672	40.259
	48.508	53.758	50.257	86.600

Ativo não circulante

Ações preferenciais / AFAC

Raízen Energia S.A.	114.473	89.763	114.473	89.763
Janus Brasil Participações S.A	28.705	20.875	28.705	20.875
	143.178	110.638	143.178	110.638

Operações financeiras

Rezende Barbosa	38.944	70.365	38.944	70.368
Raízen Energia S.A.	-	23.029	-	23.029
Novvi LLC	-	-	-	17.310
Cosan Limited	-	-	25.113	-
	38.944	93.394	64.057	110.707

Reestruturação societária

Outros	7.846	5.706	1.618	-
	189.968	209.738	208.853	221.345

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante				
Operações societárias / contratuais				
Raízen Energia S.A.	128.398	97.253	141.594	100.505
Cosan Lubrificantes e especialidades	86.148	394	-	-
Raízen Combustíveis S.A.	8.232	8.927	7.473	9.447
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	516	516	516	-
Rumo Logística Operadora Multimodal S.A	439	1.558	524	1.512
Cosan Biomassa S.A.	-	216.982	-	-
Outros	-	24	-	-
	223.733	325.654	150.107	111.464
Operações financeiras				
Cosan Overseas Limited	21.059	25.682	-	-
Cosan Luxembourg S.A.	62.014	76.416	-	-
Raízen Energia S.A.	-	-	-	3.095
	83.073	102.098	-	3.095
	306.806	427.752	150.107	114.559
Passivo não circulante				
Operações financeiras				
Cosan Luxembourg S.A.	2.231.663	2.744.584	-	-
Cosan Overseas Limited	1.640.956	1.966.067	-	-
	3.872.619	4.710.651	-	-

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita (despesa) compartilhada		
Aguassanta Participações S.A.	388	431
Cosan Biomassa S.A.	2.075	739
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.254	3.800
Cosan Logística S.A.	9.870	10.221
Cosan Lubrificantes e Especialidades	8.368	9.614
Raízen Energia S.A.	(3.855)	(3.921)
	19.100	20.884
Resultado financeiro		
Cosan Lubrificantes e Especialidades	-	28
Cosan Limited	(162)	314
Cosan Luxembourg S.A.	364.151	(948.648)
Pasadena Empreend. Partic. S.A.	706	590
Cosan Overseas Limited	184.915	(753.466)
Raízen Energia S.A.	2.441	2.440
Outros	(223)	(188)
	551.828	(1.698.930)
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional		
Cosan Logística S.A.	38.209	31.096
Raízen Combustíveis S.A.	12.732	14.666
Raízen Energia S.A.	27.757	19.099
	78.698	64.861
Compra de produtos / insumos		
Raízen Energia S.A.	(1.391)	(2.266)
Raízen Combustíveis S.A.	(3)	(119)
	(1.394)	(2.385)
Operação descontinuada		
Raízen Energia S.A.	57.007	58.508
	57.007	58.508
Receita (despesa) compartilhada		
Aguassanta Participações S.A.	388	431
Cosan Logística S.A.	9.870	10.221
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	260	-
Raízen Energia S.A.	(43.261)	(32.864)
	(32.743)	(22.212)
Resultado financeiro		
Cosan Limited	369	444
Cosan Logística S.A.	-	512
Raízen Energia S.A.	2.441	2.440
Outros	(182)	(198)
	2.628	3.198

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Remuneração da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado, como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	50.846	37.322
Benefícios pós-emprego	561	235
Outros benefícios de longo prazo	533	-
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	2.367	-
Remuneração baseada em ações	8.369	7.982
	<u>62.676</u>	<u>45.539</u>

Notas Explicativas

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

13 Investimentos em associadas

a) Informações sobre associadas e controladas

	Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”		Cosan Global	Cosan Investimentos e Participações S.A.	Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	Cosan Luxembourg S.A.	Radar II Propriedades Agrícolas S.A.		Radar Propriedades Agrícolas S.A. (b)	Tellus Brasil Participações S.A. (c)	Janus Brasil Participações S.A. (d)	Outros	Total
	Biomassa	149.289.282					Propriedades Agrícolas S.A. (a)	Propriedades Agrícolas S.A. (b)					
Número de ações da investida	127.313.301	149.289.282	1	3.778.868.643	290.441	500.000	830.690.258	21.148.989	65.957.282	1.907.000	-	-	-
Ações da investidora	79.777.349	149.289.282	1	3.778.868.643	290.437	500.000	539.979.397	4.001.167	33.638.214	934.430	-	-	-
Participação societária	62,66%	100%	100%	100%	100%	100%	51%	51%	51%	51%	-	-	-
1º de janeiro de 2015	3.760.508	131.643	60.875	5.528.606	194.888	12.542	627.245	611.039	94.506	13.063	5.268	5.268	11.040.183
Efeito da adoção do CPC 29 em controlada em conjunto	-	-	-	(11.929)	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.929)
1º de janeiro de 2015 (reapresentado)	3.760.508	131.643	60.875	5.516.677	194.888	12.542	627.245	611.039	94.506	13.063	5.268	5.268	11.028.258
Resultado de equivalência	378.653	(12.363)	128.759	731.027	(239.358)	94.965	-	-	7.822	2.836	(22.926)	(22.926)	1.069.413
Resultado de equivalência de operação descontinuada	-	-	-	-	-	-	24.734	14.181	-	-	-	-	38.916
Ajuste de avaliação patrimonial	685	-	-	(225.207)	-	-	920	1.646	(429)	-	-	(57.425)	(279.810)
Dividendos declarados	(379.819)	-	-	(161.220)	-	-	(4.569)	(1.758)	(2.261)	-	-	-	(549.620)
Aumento / redução de capital	-	89.569	11.029	(128.976)	(19.548)	-	-	-	-	7.814	105	105	88.969
Outros	(5.438)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.110	(133.305)
31 de dezembro 2015 (reapresentado)	3.754.589	208.849	200.663	5.732.301	(64.018)	107.507	648.330	625.108	99.638	23.713	(73.868)	(73.868)	11.262.812
Resultado de equivalência de operação descontinuada	507.700	(30.364)	(113.767)	1.511.898	(3.327)	15.145	90	(1.013)	5	3.938	(14.460)	(14.460)	1.875.841
Alienação de investimento	-	-	-	-	-	-	19.645	8.819	-	-	-	-	28.464
Ajuste de avaliação patrimonial	(35.097)	-	-	46.857	-	-	(617.684)	(572.955)	-	-	-	-	(1.190.636)
Dividendos declarados	(870.740)	6.000	-	(350.549)	-	-	66	108	-	(90)	70.955	70.955	88.794
Aumento / redução de capital	-	(216.982)	7.418	(793.583)	100.000	199.656	(20.475)	(4.919)	(2.641)	(1.393)	-	-	(1.250.717)
Outros	10.036	34.000	-	(348)	(348)	-	565	-	-	7.830	2.807	2.807	97.921
31 de dezembro 2016	3.366.488	1.503	94.314	6.146.924	32.307	322.308	30.537	55.148	97.002	33.998	(14.566)	(14.566)	10.165.966

- (a) A Companhia possui 3% dos benefícios econômicos dessa associada conforme estabelecido no acordo acionistas.
- (b) A Companhia possui 2,51% dos benefícios econômicos dessa associada conforme estabelecido no acordo acionistas.
- (c) A Companhia possui 5% dos benefícios econômicos dessa associada conforme estabelecido no acordo acionistas.
- (d) A Companhia possui 5,1% dos benefícios econômicos dessa associada conforme estabelecido no acordo acionistas.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeira das investidas:

	Doze meses findos em 31/12/2016			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	1.988.500	(1.956.114)	(32.386)	(3.191)
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.272.186	(76.967)	(2.195.219)	6.277
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.025.099	(7.197)	(1.017.902)	33.151
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	12.315.173	(7.121.953)	(5.193.220)	820.634
Cosan Investimentos e Participações S.A.	6.158.200	(11.275)	(6.146.925)	1.511.899
Cosan Luxembourg S.A.	3.144.494	(2.822.185)	(322.309)	15.145
Cosan Global	94.313	-	(94.313)	(113.768)
Cosan Biomassa	168.794	(167.293)	(1.501)	(30.365)
Tellus Brasil Participações Ltda	1.351.229	(137.817)	(1.213.412)	25.240
Janus Brasil Participações S.A.	1.981.815	(86.357)	(1.895.458)	61.475
	Doze meses findos em 31/12/2015			
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	1.875.876	(1.939.894)	64.018	(239.362)
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.293.693	(78.667)	(2.215.026)	74.956
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.004.544	(7.112)	(997.432)	38.053
Companhia de Gás de São Paulo – “COMGÁS”	8.868.031	(5.686.629)	(3.181.402)	698.852
Cosan Investimentos e Participações S.A.	5.780.389	(6.458)	(5.773.931)	760.419
Cosan Luxembourg S.A.	3.621.407	(3.513.899)	(107.508)	94.965
Cosan Global	200.663	-	(200.663)	128.758
Cosan Biomassa	371.311	(162.463)	(208.848)	(12.265)
Tellus Brasil Participações Ltda	1.966.635	(3.013)	(1.963.622)	144.868
Janus Brasil Participações S.A.	967.850	(135.084)	(832.766)	19.155

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Consolidado

	Tellus Brasil Participações S.A.	Novvi Limited Liability Company	Janus Brasil Participações S.A.	Radar Propriedades Agrícolas S.A.	Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	Outros investimentos	Total
Número de ações da investida	65.957.282	200.002	16.166.927	21.148.989	65.957.282	-	-
Ações da investidora	33.638.214	100.001	31.699.465	4.001.167	33.638.214	-	-
Participação societária	51,00%	33,33%	51,00%	51%	51%	-	-
31 de dezembro de 2014	94.506	14.522	13.063	-	-	8.587	130.678
Resultado de equivalência	7.822	(11.586)	2.836	-	-	(2.258)	(3.186)
Ajuste de avaliação patrimonial	(429)	3.847	-	-	-	2.767	6.185
Dividendos declarados	(2.261)	-	-	-	-	-	(2.261)
Aumento / redução de capital	-	-	7.814	-	-	-	7.814
Outros	-	-	-	-	-	906	906
31 de dezembro 2015 (reapresentado)	99.638	6.783	23.713	-	-	10.002	140.136
Resultado de equivalência	5	(8.917)	3.938	(1.013)	90	(6.923)	(12.820)
Alienação de investimento	-	-	-	56.161	29.907	-	86.068
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(90)	-	-	-	(90)
Dividendos declarados	(2.641)	-	(1.393)	-	-	-	(4.034)
Aumento / redução de capital	-	20.972	7.830	-	-	-	28.802
Outros	-	-	-	-	540	1.498	2.038
31 de dezembro 2016	97.002	18.838	33.998	55.148	30.537	4.577	240.100

Informações financeira das investidas:

	31 de dezembro 2016				
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Resultado abrangente total
Tellus Brasil Participações S.A. ⁽¹⁾	1.351.229	(137.817)	(1.213.412)	25.240	-
Janus Brasil Participações S.A.	1.981.815	(86.357)	(1.895.458)	61.475	-
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.272.186	(76.967)	(2.195.219)	6.277	84
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.025.099	(7.197)	(1.017.902)	33.151	20
Novvi Limited Liability Company	31.667	(5.362)	(26.305)	(7.538)	-
	31 de dezembro 2015 (reapresentado)				
	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Resultado abrangente total
Tellus Brasil Participações S.A. ⁽¹⁾	1.966.635	(3.013)	(1.963.622)	144.868	(8.813)
Janus Brasil Participações S.A.	967.850	(135.084)	(832.766)	19.155	-
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.293.693	(78.667)	(2.215.026)	74.956	8.699
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	1.004.544	(7.112)	(997.432)	38.053	1.414
Novvi Limited Liability Company	13.951	(37.670)	23.719	(18.278)	-

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Informações dos acionistas não controladores em subsidiárias da Companhia

	Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	Radar Propriedades Agrícolas S.A.	Eliminação participação Radar II na Radar	Total
Número de ações da investida	127.313.301	830.690.258	21.148.989	-	
Ações da investidora	47.535.952	290.710.861	17.147.822	-	
Participação societária	37,34%	49,00%	49,00%	-	
31 de dezembro de 2014	2.111.578	337.743	1.680.620	(498.944)	3.630.997
Resultado de equivalência	239.727	13.344	48.609	-	301.680
Ajuste de avaliação patrimonial	432	395	7.053	(1.416)	6.464
Dividendos declarados	(244.600)	(2.460)	(7.533)	1.510	(253.083)
Outros	2.430	-	-	-	2.430
31 de dezembro de 2015	2.109.567	349.022	1.728.749	(498.850)	3.688.488
Resultado de equivalência	313.207	10.547	37.828	(7.580)	354.002
Venda de investimento	-	(359.607)	(1.766.959)	506.430	(1.620.136)
Ajuste de avaliação patrimonial	(20.913)	38	382	-	(20.493)
Dividendos declarados	(563.371)	-	-	-	(563.371)
Outros	(11.757)	-	-	-	(11.757)
31 de dezembro 2016	1.826.733	-	-	-	1.826.733

Balanco patrimonial sintético:

	Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Ativo	3.003.846	2.780.989
Passivo	(1.980.304)	(2.047.974)
Ativo circulante líquido	1.023.542	733.015
Não circulante		
Ativo	9.311.327	9.558.652
Passivo	(5.141.649)	(4.427.331)
Ativo não circulante líquido	4.169.678	5.131.321
Patrimônio líquido	5.193.220	5.864.338

Demonstração do resultado e outros resultados abrangentes:

	Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	
	Doze meses findos em 31/12/2016	Doze meses findos em 31/12/2015
Receitas	5.657.246	6.597.017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.312.517	866.742
Imposto de renda e contribuição social	(411.418)	(248.354)
Lucro líquido	901.099	618.388
Outros resultados abrangentes	(56.012)	1.117
Resultado abrangente total	845.087	619.385
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	315.555	239.516
Dividendos pagos	1.369.456	129.253

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Demonstração do fluxo de caixa:

	Controladas	
	Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	
	Doze meses findos em 31/12/2016	Doze meses findos em 31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.151.761	2.224.752
Imposto de renda pago	(70.774)	(86.693)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	2.080.987	2.138.059
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(427.791)	(521.313)
Caixa líquido utilizado das atividades de financiamento	(1.310.018)	(622.810)
(Decréscimo) acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	343.178	993.936
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.967.643	973.707
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.310.821	1.967.643

14 Investimentos em controladas em conjunto

A Companhia possui um contrato de formação de duas *joint ventures*, com participação de 50% sobre os benefícios econômicos das companhias, são elas:

- (i) Raízen Combustíveis, que é dono de uma rede de cerca de 6.027 postos de serviço espalhados pelo Brasil, 67 terminais de distribuição e 64 terminais em aeroportos que fornecem combustíveis de aviação;
- (ii) Raízen Energia, que atua na produção e comércio de açúcar, etanol e cogeração de energia, principalmente, produzida a partir do bagaço de cana de açúcar. A Raízen Energia é responsável pela produção de mais de 2 bilhões de litros de etanol por ano para atendimento ao mercado interno e externo, 4,2 milhões de toneladas de açúcar e 940 MW de capacidade instalada de produção de energia elétrica a partir do bagaço da cana. A Raízen Energia cultiva, colhe e processa a cana-de-açúcar - principal matéria-prima utilizada na produção de açúcar e etanol.

A Companhia possui controle em conjunto da Raízen Energia e da Raízen Combustíveis em virtude de sua participação de 50% nas ações de ambas as empresas e a exigência de consentimento unânime por todas as partes sobre as decisões relacionadas com as atividades relevantes do regime. Esses investimentos foram classificados como investimento em controladas em conjunto levando em consideração as disposições do IFRS 11 – Negócios em conjunto e, conseqüentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos nas controladas em conjunto apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado		
	Raízen Combustíveis S.A.	Raízen Energia S.A.	Total
Número de ações da investida	3.303.168.484	5.902.595.634	
Quotas da investidora	1.651.584.242	2.951.297.817	
Percentual de participação	50%	50%	
31 de dezembro de 2014	3.218.466	5.186.036	8.404.502
Efeito da adoção do CPC 29 em controlada em conjunto (nota 5)	-	(11.929)	(11.929)
31 de dezembro 2014 (Reapresentado)	3.218.466	5.174.107	8.392.573
Resultado de equivalência	618.399	76.766	695.165
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.909)	(218.518)	(225.427)
Juros sobre capital próprio	(201.299)	-	(201.299)
Dividendos	(423.824)	-	(423.824)
31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	3.204.833	5.032.355	8.237.188
Resultado de equivalência	737.599	832.533	1.570.132
Ajuste de avaliação patrimonial	22.949	35.469	58.418
Juros sobre capital próprio	(58.500)	(100.000)	(158.500)
Dividendos	(716.060)	(484.783)	(1.200.843)
31 de dezembro de 2016	3.190.821	5.315.574	8.506.395

Os balanços patrimoniais e demonstrações dos resultados do exercício das controladas em conjunto estão apresentados na nota explicativa de segmentos (Nota 6).

A Companhia possui certas obrigações com a Raízen por demandas com fato gerador anterior a sua formação, compostas principalmente por demandas judiciais, líquidas de depósitos judiciais com fato gerador até 1º de abril de 2011, assim como pelos parcelamentos de impostos (REFIS), registrado na rubrica “Outros tributos a pagar”. Adicionalmente, a Companhia é parte em um contrato de linha de crédito (Stand-by Facilities) concedida a Raízen no montante de USD 500.000 mil, sem utilização em 31 de dezembro de 2016.

15 Operações descontinuadas

Em 30 de setembro de 2016 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Mansilla Participações Ltda. (veículo do fundo de investimento TIAA - Teachers Insurance and Annuity Association of America), também acionista das Companhias Radar e Radar II, se comprometendo a vender parte de suas ações da respectiva investida.

A venda efetiva ocorreu em 04 de novembro de 2016 pelo valor líquido de R\$ 1.057.665, anulando quaisquer opções, *warrants* ou outras obrigações. A Cosan manteve uma participação em ações ordinárias na Radar, em função de sua expertise no setor.

O segmento “Radar” não era anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda. A demonstração do resultado e demonstração de fluxo de caixa do exercício comparativo estão sendo reapresentada para apresentar a operação descontinuada separadamente das operações continuadas.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(a) Efeito da alienação sobre a posição financeira da Companhia

	<u>Consolidado</u> <u>31/10/2016</u>
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	-
Títulos e valores mobiliários	158.439
Contas a receber de clientes	25.848
Ativos mantidos para venda	78.015
Outros ativos financeiros	110.041
Outros ativos	21.381
Propriedades para investimentos	2.628.382
Total de ativos	3.022.106
Passivos	
Imposto de renda e contribuição social correntes	14.957
Outras contas a pagar	34.547
Imposto de renda e contribuição social diferidos	107.548
Total de passivos	157.052
Acionistas não controladores	1.592.244
Total ativos líquidos	1.272.810
Saldo de investimentos remanescentes	(86.068)
Dividendos recebidos	25.394
Total ativos líquidos alienado	1.212.136
Montante recebido em caixa pela alienação	1.057.665
Caixa e equivalentes de caixa do segmento alienado	(3.897)
Total da contraprestação líquida recebida	1.053.768

(b) Resultado líquido de operações descontinuadas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro bruto	85.648	84.733
Despesas operacionais	(16.458)	20.772
Lucro antes do resultado do financeiro líquido	69.190	105.505
Resultado financeiro	14.843	10.496
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	84.033	116.001
Imposto de renda e contribuição social	(14.772)	(15.134)
Resultado de operações descontinuada	69.261	100.867
Perda na venda de operações descontinuadas ⁽ⁱ⁾	(158.368)	-
Imposto de renda sobre a perda na venda de operações descontinuadas	53.845	-
Resultado líquido das operações descontinuadas	(35.262)	100.867
Acionistas controladores	(76.057)	38.915
Acionistas não controladores	40.795	61.952
	(35.262)	100.867

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(i) O saldo também inclui R\$ 206.050 relativos à baixa de direitos de compra de ações (warrants).

(c) Fluxos de caixa gerado (utilizado) nas operações descontinuadas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	70.087	22.844
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(13.934)	(27.839)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(53.272)	-
Caixa líquido gerado (utilizado) operações descontinuadas	<u>2.881</u>	<u>(4.995)</u>

A demonstração do resultado do período e fluxo de caixa comparativo está sendo reapresentada para apresentar a operação descontinuada separadamente das operações.

16 Propriedade para investimento e ativos mantidos para venda

Conforme demonstrado na nota 15 Operações descontinuadas, o segmento “Radar” foi alienado em 04 de Novembro de 2016. Segue abaixo a movimentação dos dois principais saldos dos segmentos que compunham as rubricas consolidadas.

	<u>Propriedades para investimentos</u>	<u>Ativo disponível para venda</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.595.035	111.638	2.706.673
Ganho na variação do valor justo	9.692	-	9.692
Transferências	23.326	(23.326)	-
Adições	329	-	329
Venda de ativos	-	(10.297)	(10.297)
Operação Descontinuada	(2.628.382)	(78.015)	(2.706.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

17 Imobilizado

	Consolidado				Controladora	
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:						
Em 31 de dezembro de 2014	171.129	76.022	156.508	32.240	435.899	33.378
Adições	-	596	78.926	134	79.656	3.955
Adições combinação de negócio	7.298	22.034	3.161	907	33.400	-
Baixas	(2.063)	(292)	-	(414)	(2.769)	(8)
Transferências (i)	56.251	64.595	(179.846)	21.312	(37.688)	(1.661)
Em 31 de dezembro de 2015	232.615	162.955	58.749	54.179	508.498	35.664
Adições	-	(17)	39.570	-	39.553	1.777
Combinação de negócio	(3.137)	(5.952)	-	17	(9.072)	-
Baixas	-	(1.242)	-	(44)	(1.286)	-
Transferências (i)	14.174	31.104	(57.636)	3.191	(9.167)	(2.667)
Operação descontinuada	(598)	(143)	(663)	(1.028)	(2.432)	-
Em 31 de dezembro de 2016	243.054	186.705	40.020	56.315	526.094	34.774
Valor de depreciação:						
Em 31 de dezembro de 2014	(35.409)	(34.825)	-	(14.230)	(84.464)	(6.714)
Adições	(5.256)	(8.042)	-	(5.134)	(18.432)	(2.300)
Baixas	1.632	268	-	206	2.106	2
Transferências (i)	7.628	(205)	-	(13.331)	(5.908)	-
Em 31 de dezembro de 2015	(31.405)	(42.804)	-	(32.489)	(106.698)	(9.012)
Adições	(10.545)	(15.074)	-	(5.963)	(31.582)	(4.185)
Baixas	-	127	-	36	163	-
Transferências (i)	814	(311)	-	134	637	-
Operação descontinuada	143	97	-	475	715	-
Em 31 de dezembro de 2016	(40.993)	(57.965)	-	(37.807)	(136.765)	(13.197)
Em 31 de dezembro de 2015	201.210	120.151	58.749	21.690	401.800	26.652
Em 31 de dezembro de 2016	202.061	128.740	40.020	18.508	389.329	21.577

(i) Referem-se a transferências para o intangível em decorrência da conclusão dos referidos ativos.

Notas Explicativas

Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

18 Intangível

	Ágio	Consolidado				Total	Controladora
		Direito de Concessão COMGÁS	Benefitorias em concessões públicas e licença de operação	Marcas e Patentes	Relacionamentos com clientes		
Valor de custo:							
Em 31 de dezembro 2014	603.505	8.790.010	(5.414)	252.474	862.324	223.294	10.726.193
Adições	-	424.279	-	-	83.178	27.781	535.238
Adições combinação de negócio (ii)	9.335	-	-	-	-	-	9.335
Baixas	-	(52.545)	-	-	(7.728)	-	(60.273)
Transferências (i)	-	(2.632)	5.414	-	2.696	34.540	40.018
Em 31 de dezembro 2015	612.840	9.159.112	-	252.474	940.470	285.615	11.250.511
Adições	-	382.788	-	-	65.735	21.186	469.709
Adições combinação de negócio	1.968	-	-	-	5.970	-	7.938
Baixas	-	(189.849)	-	-	(65.694)	(62.512)	(318.055)
Transferências (i)	-	(2.232)	-	-	343	10.572	8.683
Operação descontinuada	-	-	-	-	-	(2.396)	(2.396)
Em 31 de dezembro 2016	614.808	9.349.819	-	252.474	946.824	252.465	11.416.390
Valor de amortização:							
Em 31 de dezembro 2014		(636.730)	5.414	(136.962)	(425.282)	(106.513)	(1.300.073)
Adições	-	(327.098)	-	(22.827)	(155.346)	(39.810)	(545.081)
Baixas	-	42.095	-	-	5.217	-	47.312
Transferências (i)	-	-	(5.414)	-	-	14	(5.400)
Operação descontinuada	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro 2015		(921.733)	-	(159.789)	(575.411)	(146.309)	(1.803.242)
Adições	-	(362.971)	-	(22.827)	(151.893)	(44.319)	(582.010)
Baixas	-	175.435	-	-	58.609	62.507	296.551
Transferências (i)	-	(29)	-	-	-	(124)	(153)
Operação descontinuada	-	-	-	-	-	614	614
Em 31 de dezembro 2016		(1.109.298)	-	(182.616)	(668.695)	(127.631)	(2.088.240)
Em 31 de dezembro 2015	612.840	8.237.379	-	92.685	365.059	139.306	9.447.269
Em 31 de dezembro 2016	614.808	8.240.521	-	69.858	278.129	124.834	9.328.150

(i) Referem-se a transferências do imobilizado em decorrência da capitalização dos referidos ativos.

(ii) Em 1º de dezembro de 2015, a Cosan, por meio de sua controlada Cosan Lubrificantes e Especialidades (“CLE”), adquiriu 100% das ações ordinárias da Ilha Terminal pelo montante de R\$ 66.672, gerando uma adição no “goodwill” do segmento de Lubrificantes de R\$ 11.303. A contraprestação transferida, líquida do caixa recebido, totalizou R\$ 66.659.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Capitalização de custos de empréstimos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 14.625 (R\$ 20.098 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos. A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 11,48% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (11,47% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios (ativos intangíveis com vida útil indefinida) decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o que não ocorreu para o exercício.

Os valores contábeis combinados de ágio alocados para cada unidade geradora de caixa são como a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Unidade geradora de caixa Lubrificantes	614.765	612.797
Unidade geradora de caixa Cosan outros negócios	43	43
Total do ágio	614.808	612.840

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de 10 anos e levados a perpetuidade sem considerar taxa de crescimento real. A administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados, pois reflete o tempo estimado de utilização dos grupos de ativos e negócios.

As principais premissas utilizadas consideram principalmente a expectativa de crescimento das operações baseadas no Produto Interno Bruto segmentado, bem como levando em conta os níveis de crescimento médio experimentado ao longo dos últimos anos e demais aspectos macroeconômicos, assim como expectativa de preço de vendas das *commodities*, utilizando taxas de descontos que refletem riscos específicos relacionados aos negócios.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados pela taxa de 13% (custo médio ponderado de capital) que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa.

Uma variação de 0,5% na taxa de desconto utilizada gera um impacto de aproximadamente 10% no valor recuperável dos segmentos. O dólar não tem impacto significativo nas projeções e portanto a flutuação do câmbio não teria efeitos significativos no valor recuperável dos segmentos.

Em 31 de dezembro de 2016 nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2016	31/12/2015
Concessão ativo intangível - COMGÁS	Durante o prazo de concessão	8.240.521	8.237.379
Marcas e patentes:			
<i>Mobil</i>	10,00%	45.654	68.481
<i>Comma</i>	-	24.204	24.204
		69.858	92.685
Relacionamentos com clientes:			
Comgás	20,00%	233.971	313.693
Lubrificantes	6,00%	44.158	51.366
		278.129	365.059
Outros:			
Licença de software	20,00%	120.835	112.570
Outros		5.782	26.736
Operação descontinuada		(1.783)	-
		124.834	139.306
Total		8.713.342	8.834.429

19 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Encargos financeiros		Controladora		Consolidado		Vencimento
	Indexador ⁽ⁱ⁾	Taxa anual de juros ⁽ⁱⁱ⁾	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Empréstimos e financiamentos							
BNDES	TJ462	10,43%	-	-	651.371	809.660	out/2020
	Selic	15,72%	-	-	313.395	298.258	jun/2023
	TJLP	9,92%	-	-	137.130	176.900	jun/2023
EIB	US\$ + Libor	2,43%	-	-	612.961	869.014	set/2021
FINAME	Pré-fixado	5,50%	-	-	105	164	set/2018
FINEP	Pré-fixado	5,00%	-	-	109.233	137.133	nov/2020
Empréstimos no exterior	GBP + Libor	3,74%	-	-	218.232	312.940	dez/2019
Bônus perpétuos	US\$	8,25%	-	-	1.650.089	1.976.673	-
Resolução 4131	US\$	4,79%	-	-	133.957	161.796	out/2020
	US\$ + Libor	2,40%	-	-	407.306	471.045	mar/2018
	US\$ + Libor	3,13%	-	406.348	32.798	406.348	abr/2017
Senior Notes Due 2018	Pré-fixado	9,50%	-	-	168.163	875.376	mar/2018
Senior Notes Due 2023	US\$	5,00%	-	-	322.062	2.009.296	jan/2023
Senior Notes Due 2027	US\$	7,00%	-	-	2.304.384	-	jan/2027
Capital de giro	CDI + 0,28% a.m.	17,93%	-	-	9.988	25.004	dez/2017
	121,10% do CDI	17,36%	-	-	-	10.143	-
Conta garantida	118% do CDI	17,39%	-	-	22.604	17.763	mar/2017
FINIMP	US\$ + Libor Tri	3,37%	-	-	40.798	-	jun/2017
Pré-pagamento	US\$ + Libor Tri	3,91%	-	-	55.641	-	abr/2017
			-	406.348	7.190.217	8.557.513	
Debêntures não conversíveis			-	-	1.947.912	1.198.190	
Total			-	406.348	9.138.129	9.755.703	
Circulante			-	406.348	936.000	1.230.518	
Não circulante			-	-	8.202.129	8.525.185	

- (i) TJLP e URTJLP são as taxas de juros de longo prazo estabelecidos aos empréstimos concedidos pelo BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Selic é a taxa básica de juros definida pelo Banco Central do Brasil. CDI é uma taxa de empréstimos interbancários de referência no Brasil. IPCA é o índice de preços do consumidor de referência utilizado pelo Banco Central do Brasil para definir a política monetária; e

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

(ii) Em 31 de dezembro de 2016.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dólar (USD)	5.559.995	5.894.172
Reais (R\$)	3.359.901	3.548.591
Libra Esterlina (GBP)	218.233	312.940
	<u>9.138.129</u>	<u>9.755.703</u>

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas destinados ao financiamento dos projetos de expansão da rede de distribuição de gás, expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

- **Projeto V** - operação direta com o BNDES: fiança bancária do Banco Itaú BBA para 100% do financiamento.
- **Projeto VI** - operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Bradesco (67,83%), Itaú (14,56%) e Safra (17,61%).
- **Projeto VII** – operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Santander (39,69%), Sumitomo (33,33%) e Safra (26,98%).

Empréstimo EIB

Refere-se a empréstimos em dólar e que possuem remuneração atrelada à variação da taxa LIBOR e taxa fixa, com vencimento até o ano de 2021 e são garantidos por fianças bancárias. Os recursos captados foram utilizados na expansão e suporte da rede distribuição de gás natural. Esses empréstimos estão protegidos quanto a variação cambial e juros por meio de instrumentos financeiros derivativos que trocam os juros originais por 89% do CDI.

FINEP

Em novembro de 2012, foi captada uma dívida bancária no valor de R\$ 89.694, com vencimento até janeiro de 2021. Estes empréstimos são garantidos por fianças bancárias. Os recursos serão utilizados no plano de desenvolvimento, produção e comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa oriunda da cana-de-açúcar ou outras fontes.

Empréstimos no Exterior

Em 22 de dezembro de 2014, foi renegociada a dívida da Cosan Lubes Investments Limited, acrescentando um período de carência do principal de dois anos e meio, vencendo em dezembro de 2019. O empréstimo original foi captado em 29 de junho de 2012, no montante de £ 54.000 mil para aquisição do controle da Comma Oil and Chemicals Limited em julho de 2012

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Bônus Perpétuos

Em 5 de novembro de 2010 e 13 de julho de 2011, foi emitido o montante total de US\$ 500.000 mil de Bônus perpétuos no mercado exterior, em acordo com o “Regulation S”, com juros a uma taxa de 8,25% a.a., pagáveis trimestralmente. O risco cambial da dívida é mitigado através de NDFs.

Resolução n° 4.131

Refere-se a recursos captados no exterior com diversas instituições financeiras, com vencimentos até 2020, tendo como objetivo financiar o fluxo de caixa da Companhia e controladas. Para mitigar risco de cambio e taxa de juros foram contratados instrumentos derivativos cuja taxa de juros trocada foi para 77,2% do CDI.

Sênior Notes com vencimento em 2018

Em março de 2013, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional, de acordo com o “Regulation S” e “144A”, no montante de R\$ 850.000, os quais estão sujeitas a juros de 9,5% a.a., pagáveis semestralmente em setembro e março de cada ano.

Sênior Notes com vencimento em 2023

Em 14 de março de 2013, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional de acordo com o “Regulation S” e “144A”, no montante de US\$ 500.000 mil, os quais estão sujeitas a juros de 5% a.a., pagáveis semestralmente em março e setembro de cada ano.

Sênior Notes com vencimento em 2027

Em 20 de junho de 2016, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional de acordo com o “Regulation S” e “144A”, no montante de US\$ 500.000 mil, os quais estão sujeitas a juros de 7% a.a. Os recursos foram utilizados para amortização parcial do Sênior Note 2018 e Sênior Note 2023.

Em 18 de Julho, 2016, a Cosan Luxembourg S.A ("Cosan Lux") emitiu o montante adicional de US\$ 150.000.000 os quais estão sujeitas a juros de 7% a.a com vencimento 2027. Os Bonds são títulos emitidos de acordo com as disposições da escritura de emissão, datado de 20 de junho de 2016, entre a Emissora, a Cosan S.A e Deutsche Bank Trust Company Americas, como Agente Fiduciário ("administrador").

FINIMP

Em 1º de julho de 2016, foi contratado pela Cosan Lubrificantes, subsidiária da Companhia, um FINIMP junto ao Citibank no valor de US\$ 12.345 à taxa de juros de Libor 3M + 2,52% a.a., com vencimento em 30 de junho de 2017. Os recursos foram utilizados para o pagamento de matéria prima importada.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
13 a 24 meses	1.466.631	628.853
25 a 36 meses	660.387	2.181.646
37 a 48 meses	768.126	670.499
49 a 60 meses	207.663	727.953
61 a 72 meses	151.689	184.070
73 a 84 meses	1.110.467	120.819
85 a 96 meses	60.961	2.010.345
A partir de 97 meses	3.776.205	2.001.000
	<u>8.202.129</u>	<u>8.525.185</u>

Notas Explicativas - Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	406.348	9.755.703
Captação	-	3.529.668
Pagamento	(347.087)	(3.776.679)
Atualização monetária, cambial e valor justo	(59.261)	(370.563)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	9.138.129

Debêntures

Descrição	Emissão	Série	Quantidade	Encargos financeiros		31/12/2016	31/12/2015
				Indexador	Taxa anual de juros		
Debêntures não conversíveis							
15/09/2013	3ª	1º	128.197	CDI	0,90%	133.465	133.624
15/09/2013	3ª	2º	269.338	IPCA	5,10%	348.468	320.419
15/09/2013	3ª	3º	142.465	IPCA	5,60%	184.349	166.300
Custo de transação	3ª					(3.352)	(4.750)
15/12/2015	4ª	1º	269.620	IPCA	7,14%	288.988	270.642
15/12/2015	4ª	2º	242.374	IPCA	7,48%	259.820	243.308
15/12/2015	4ª	3º	79.900	IPCA	7,36%	85.647	80.207
Custo de transação	4ª					(9.502)	(11.560)
28/12/2016	5ª	Unica	675.000	IPCA	5,86%	669.357	-
Custo de transação	5ª					(9.328)	-
						1.947.912	1.198.190
Circulante						72.822	28.397
Não circulante						1.875.090	1.169.793
						1.947.912	1.198.190

3ª Emissão

Os juros da primeira série serão pagos semestralmente nos meses de março e de setembro, até o final da operação. Os juros da segunda e da terceira séries serão pagos anualmente no mês setembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da primeira série será amortizado nos seguintes anos: 4º ano (33,33%), 5º ano (33,33%) e 6º ano (33,34%). O valor do principal e da atualização monetária da segunda série será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de setembro de 2018.

O valor do principal e da atualização monetária da terceira série será amortizado em duas parcelas anuais no 6º (50%) e 7º (50%) anos, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de setembro de 2019 e o último pagamento devido em 15 de setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2016, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a primeira série foi de 100,09% do preço unitário (PU) da curva, para segunda série 98,43% e para terceira série 99,99%.

4ª Emissão

Os juros da primeira, segunda e terceira série serão pagos anualmente no mês dezembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da primeira série será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2020.

Notas Explicativas - Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O valor do principal e da atualização monetária da segunda série será amortizado em duas parcelas anuais no 6º (50%) e 7º (50%) anos, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento devido em 15 de dezembro de 2022.

O valor do principal e da atualização monetária da terceira série será amortizado nos seguintes anos: 8º ano (33,33%), 9º ano (33,335%) e 10º ano (33,335%).

Em 31 de dezembro de 2016, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a primeira série foi de 104,32% do preço unitário (PU) da curva, para segunda série 108,16% e para terceira série 109,72%.

5ª Emissão

Os juros da série única serão pagos anualmente no mês dezembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da série única será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2016, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a série única foi de 99,03% do preço unitário (PU) da curva.

- (i) Em 31 de dezembro de 2016, todas as dívidas com vencimentos definidos denominadas em dólar possuem proteção de risco cambial por meio de instrumentos financeiros derivativos. Veja detalhes na nota 32.

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros.

Abaixo são relacionados os *covenants* financeiros das dívidas e debêntures aberto:

Dívida	Covenant financeiro
BNDES	
Empréstimos EIB	
FINEP	
Empréstimos no exterior	Não aplicável
Bônus Perpétuo	
FINIMP	
Resolução nº 4.131	Dívida líquida/EBITDA não superior ou igual a 3,75x
Senior Notes 2023	Endividamento de curto prazo e endividamento total não poderá ser superior ou igual a 0,55x
Senior Notes 2018	Dívida líquida/EBITDA não superior ou igual a 3,5
Senior Notes 2027	
Debêntures 3ª emissão	Dívida líquida onerosa/EBITDA não superior ou igual a 4x
Debêntures 4ª emissão	
Debêntures 5ª emissão	Endividamento de CP e endividamento total não poderá ser superior ou igual a 0,6x

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas dos contratos.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

20 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Face à postergação da conclusão da Revisão Tarifária Quinquenal 2014 em consequência das publicações das Deliberações ARSESP 493 e 494, ambas de 27 de maio de 2014, que dispõem, respectivamente, sobre o “Processo de Revisão Tarifária das concessionárias de distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo, definindo cronograma e eventos” e, sobre o “ajuste provisório das margens de comercialização da Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS”, não há compromisso Regulatório definido em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

b) Transporte de gás

A controlada COMGÁS tem contratos de compra de take-or-pay, com vigência até dezembro de 2019, com os fornecedores de gás que estabelecem compras mínimas diárias de volumes de gás. Caso a Companhia consuma um volume de gás abaixo de sua obrigação contratual, a empresa seria obrigada a pagar o déficit entre o consumo e os volumes contratuais mínimos exigidos, no entanto, poderia compensar esse crédito (através do consumo) durante o período remanescente do contrato. Os valores pagos e não consumidos pela COMGÁS foram reconhecidos como "outros ativos" na demonstração da posição financeira (2016 R\$ 244.006; 2015 R\$ 204.725).

c) Ativo (passivo) regulatório – informação suplementar

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada COMGÁS possui saldo de conta corrente regulatório a pagar no valor de R\$ (414.011) (R\$ 116.947 em 31 de dezembro de 2015 a receber) referente a diferenças entre o custo real do gás incorrido, pago pela COMGÁS, e o custo de gás incluído na tarifa e cobrado dos clientes conforme estrutura tarifária definida pela ARSESP. Durante o exercício, a movimentação líquida de conta corrente regulatória foi de R\$ (530.958) e a atualização pela taxa Selic foi de R\$ (30.763).

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo de gás a recuperar (repassar)	(394.552)	114.076
Créditos de tributos a repassar	(24.061)	(3.910)
Ajuste a valor presente sobre tributos	1.592	192
Outros	3.010	6.589
	<u>(414.011)</u>	<u>116.947</u>
Saldo inicial	116.947	242.654
Saldo final	<u>(414.011)</u>	<u>116.947</u>
Despesa não reconhecida no resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(530.958)</u>	<u>(125.707)</u>
Passivo regulatório	(476.822)	(145.545)
Atualização	(30.763)	26.111
Crédito extemporâneo	(7.277)	-
Outros	<u>(16.096)</u>	<u>(6.273)</u>
	<u>(530.958)</u>	<u>(125.707)</u>

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos nas tarifas são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, uma vez que o respectivo saldo não é registrado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de consumo futuro por parte de diferentes consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas.

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores de gás	-	-	1.377.528	1.489.552
Depósitos judiciais sobre fornecimento de gás ⁽ⁱ⁾	-	-	(294.976)	(294.976)
Fornecedores de materiais e serviços	3.330	1.151	385.018	350.246
	3.330	1.151	1.467.570	1.544.822

- (i) Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo de discussão judicial de diferenças de preço praticado pela Petrobrás no fornecimento de gás é de R\$ 1.045.311, sendo garantido por depósito judicial de R\$ 294.976 e o valor garantido por meio de fiança R\$ 750.335.

22 Outros tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Parcelamento de débitos tributários ⁽ⁱ⁾	191.856	184.275	191.856	184.275
COFINS	21.568	11.905	48.181	20.815
PIS	4.512	2.510	10.230	4.432
INSS	725	539	1.103	782
Outros	492	508	30.612	17.215
ICMS	1	4	82.293	71.438
	219.154	199.741	364.275	298.957
Circulante	82.434	21.025	227.555	120.241
Não Circulante	136.720	178.716	136.720	178.716

- (i) Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 12.962 (R\$ 153.486 em 31 de dezembro de 2015) correspondente a parcelamentos de débitos tributários (REFIS), referentes aos tributos IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), INSS e outros, conforme nota 2.6.

Os montantes vencíveis em longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
13 a 24 meses	13.111	11.561	13.111	11.561
25 a 36 meses	11.302	11.561	11.302	11.561
37 a 48 meses	10.699	11.561	10.699	11.561
49 a 60 meses	10.699	11.561	10.699	11.561
61 a 72 meses	10.699	11.561	10.699	11.561
73 a 84 meses	10.699	11.561	10.699	11.561
85 a 96 meses	10.325	11.561	10.325	11.561
A partir de 97 meses	59.186	97.789	59.186	97.789
	136.720	178.716	136.720	178.716

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

23 Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	754.717	280.848
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(256.604)	(95.488)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Equivalência patrimonial	601.012	322.400
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(772)	(857)
Plano de opções de ações	(2.844)	(3.835)
Juros sobre capital próprio	(34.728)	(37.544)
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos e outras diferenças temporárias	40.252	-
Resultado de empresas no exterior	(38)	(33.588)
Crédito de ação indenizatória	18.447	114.844
Outros	(7.300)	(5.612)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferida)	357.425	260.320
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.485.562	695.677
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(505.091)	(236.530)
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Equivalência patrimonial	529.486	235.273
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(24.760)	(22.529)
Plano de opções de ações	(2.844)	(3.835)
Juros sobre capital próprio	(45.573)	(10.375)
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos e outras diferenças temporárias	39.555	1.586
Resultado de empresas no exterior	(53.199)	11.321
Diferença na base de cálculo entre lucro real e presumido	14	12
Crédito de ação indenizatória	18.447	114.844
Outros	(16.248)	(4.549)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferida)	(60.213)	85.218

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Descrição	Controladora				31/12/2015 (Reapresentado)
	31/12/2016				
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	780.847	195.212	-	195.212	120.391
Base negativa de contribuição social	792.270	-	71.304	71.304	44.369
Diferenças temporárias:					
Varição cambial - Empréstimos e financiamentos	1.576.082	394.021	141.847	535.868	775.033
Ágio fiscal amortizado	(64.185)	(16.046)	(5.777)	(21.823)	(21.823)
Provisões para demandas judiciais	216.654	54.164	19.499	73.663	60.288
Outras perdas	183.801	45.950	16.542	62.492	7.107
Provisões de participações no resultado	13.639	3.410	1.228	4.638	4.612
Resultado não realizado com derivativos	(6.154)	(1.539)	(554)	(2.093)	(413.686)
Outras diferenças temporárias	11.010	2.752	991	3.743	6.457
Efeitos na formação da Raízen	(3.338.342)	(834.586)	(300.451)	(1.135.037)	(1.135.037)
Outros	644.178	161.045	57.975	219.020	132.998
Total de tributos diferidos		4.383	2.604	6.987	(419.291)
Tributos diferidos - Ativos				6.987	-
Tributos diferidos - Passivos				-	(419.291)
Total de tributos diferidos				6.987	(419.291)

Descrição	Consolidado				31/12/2015 (Reapresentado)
	31/12/2016				
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	1.584.724	396.181	-	396.181	311.140
Base negativa de contribuição social	1.603.365	-	144.303	144.303	113.688
Diferenças temporárias:					
Varição cambial - Empréstimos e financiamentos	1.735.622	433.906	156.206	590.112	891.270
Ágio fiscal amortizado	(258.251)	(64.563)	(23.243)	(87.806)	101.293
Provisões para demanda judiciais	556.897	139.224	50.121	189.345	164.177
Outras perdas	342.114	85.528	30.790	116.318	60.229
Provisões de participações no resultado	33.304	8.326	2.997	11.323	6.790
Resultado não realizado com derivativos	95	24	9	33	(435.946)
Outras diferenças temporárias	340.690	85.173	30.662	115.835	100.670
Revisão da vida útil	(789.539)	(197.385)	(71.058)	(268.443)	(100.153)
Efeitos na formação da Raízen	(3.338.342)	(834.586)	(300.451)	(1.135.037)	(1.135.037)
Propriedades para investimento	-	-	-	-	(62.069)
Bens destinados a venda	-	-	-	-	(1.255)
Intangível – Contrato de concessão	(31.225)	(7.806)	(2.810)	(10.616)	(12.552)
Conta corrente regulatória	208.939	52.235	18.804	71.039	76.764
Ganhos ou perdas com passivo atuarial	407.808	101.952	36.703	138.655	103.820
Combinação de negócios - Intangível	(3.487.292)	(871.823)	(313.856)	(1.185.679)	(1.234.094)
Combinação de negócios - Outros efeitos	(124.589)	(31.147)	(11.213)	(42.360)	(66.404)
Outros	524.301	131.075	47.187	178.261	84.839
Total		(573.686)	(204.849)	(778.536)	(1.032.830)
Tributos diferidos - Ativos				330.212	335.808
Tributos diferidos - Passivos				(1.108.748)	(1.368.638)
Total de tributos diferidos				(778.536)	(1.032.830)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c) Movimentação dos impostos diferidos

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	(419.291)	(1.032.830)
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do período	372.433	52.420
Outros resultados abrangentes	-	28.986
Combinação de negócios	-	(4.864)
Desconsolidação de operação descontinuada	53.845	158.164
Outros	-	19.588
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.987	(778.536)

d) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituído uma provisão para não realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nenhuma provisão foi reconhecida. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

24 Provisão para demandas judiciais

	Provisão para demandas judiciais			
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Tributária	85.658	73.320	405.060	376.532
Cíveis	67.426	57.542	189.861	161.740
Trabalhistas	134.212	135.678	166.621	165.075
	287.296	266.540	761.542	703.347

Os depósitos judiciais em 31 de Dezembro de 2016, são como segue:

	Depósitos Judiciais			
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Tributária	226.558	212.119	350.745	353.961
Cíveis e ambientais	14.200	13.797	19.849	19.465
Trabalhistas	29.170	26.597	43.620	39.641
	269.928	252.513	414.214	413.067

Movimentação da provisão:

	Controladora			
	<u>Tributária</u>	<u>Cíveis e ambientais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2015	73.320	57.542	135.678	266.540
Provisionado no período	5.390	19.174	31.134	55.698
Baixas por reversão / pagamento	(1.570)	(23.896)	(48.949)	(74.415)
Atualização monetária	8.518	14.606	16.349	39.473
Em 31 de Dezembro de 2016	85.658	67.426	134.212	287.296

	Consolidado			
	<u>Tributária</u>	<u>Cíveis e ambientais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2015	376.532	161.740	165.075	703.347
Provisionado no período	6.631	23.674	41.817	72.122
Baixas por reversão / pagamento	(4.168)	(26.413)	(57.205)	(87.786)

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Atualização monetária	26.065	30.860	16.934	73.859
Em 31 de Dezembro de 2016	405.060	189.861	166.621	761.542

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias em 31 de dezembro de 2016, são como seguem:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Compensação com FINSOCIAL ⁽ⁱ⁾	-	-	269.275	255.022
INSS ⁽ⁱⁱ⁾	53.255	48.884	63.103	57.916
Crédito de ICMS ⁽ⁱⁱⁱ⁾	22.253	18.777	31.517	29.248
PIS e COFINS	202	-	334	-
IPI	1.155	1.105	1.155	1.105
IRPJ e CSLL	329	329	329	329
Outros	8.464	4.225	39.347	32.912
	85.658	73.320	405.060	376.532

- (i) Durante o período de outubro de 2003 a novembro de 2006 a subsidiária Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A efetuou a compensação de FINSOCIAL com vários outros tributos federais, com base em decisão judicial transitada em julgado em Set/2003, no âmbito de uma ação em que era discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. Não existem depósitos judiciais relacionados a esses processos.
- (ii) O montante provisionado a título de INSS, dentre outros casos, é representado, essencialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo questionada em juízo. Os depósitos judiciais foram feitos para os montantes correspondentes.
- (iii) Parte considerável do valor provisionado a título de ICMS foi objeto de pagamento à vista, nos termos do Decreto Estadual nº 58.811 de 27 de dezembro de 2012, que instituiu no Estado de São Paulo o Programa Especial de Parcelamento do ICMS (PEP-ICMS). O valor que remanesce provisionado refere-se a autos de infração relativos as diversas espécies de créditos de ICMS. Dentre eles: (a) autos de infração relacionados a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo. No entendimento do Fisco Estadual, tais materiais seriam classificados como “uso e consumo”, não gerando direito ao crédito. (b) Atuação, na qualidade de devedor solidário, por suposto descumprimento de obrigações acessórias e falta de recolhimento de ICMS exigido em decorrência de operação de industrialização por encomenda, dentro de uma parceria agrícola, oriunda de contratos firmados entre as Usinas do Grupo (industrializador) e a empresa Central Paulista Açúcar e Álcool Ltda (encomendante).

b) Cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em ações cíveis referentes a (i) indenização por danos materiais e morais, (ii) ações cíveis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar e (iii) execuções de natureza ambiental.

A Companhia e suas controladas são partes em ações trabalhistas movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, responsabilidade subsidiária solidária, pagamento de horas extras e reflexos, intervalo intrajornada, adicional de periculosidade e insalubridade, aviso prévio, diferenças de FGTS, horas in itinere, 13º salário, férias mais um terço, adicional noturno, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho e/ou doença profissional, obrigação de fazer ou não fazer para cumprimento de normas regulamentadoras do MTE, danos morais coletivos, devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, imposto sindical e outros.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Contingências - Demandas judiciais consideradas como de perda possível, portanto não provisionadas

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS- Imposto sobre circulação de mercadorias (i)	1.498.703	1.348.914	1.828.663	1.678.491
IRPJ/CSLL (ii)	462.596	323.929	1.904.333	820.972
PIS e COFINS (iii)	792.998	708.141	808.498	733.799
IRRF (iv)	2.674	2.551	793.149	729.070
INSS (v)	567.640	541.700	615.403	577.686
IPI - Imposto sobre produtos industrializados (vi)	436.507	423.246	512.209	484.606
Compensações com crédito de IPI - IN 67/98 (vii)	128.456	123.522	128.456	123.522
Outros	548.742	524.031	790.390	768.728
	4.438.316	3.996.034	7.381.101	5.916.874

- (i) ICMS – Imposto sobre a circulação de mercadorias. Em síntese, tais demandas referem-se, essencialmente: (a) A parte relativa à multa exigida nos autos de infração lavrados em virtude de suposta ausência de recolhimento de ICMS e descumprimento de obrigações acessórias, em operação de parceria agrícola e de industrialização por encomenda, no período de maio a dezembro de 2006 e maio a dezembro de 2007. Nestes casos a companhia figura como responsável solidária; (b) ICMS incidente nas saídas de açúcar cristalizado destinado à exportação, beneficiados pela Imunidade Tributária. No equivocado entendimento do Fisco Estadual, tal produto enquadra-se como mercadoria semi-elaborada e, por conseguinte, passíveis de tributação; (c) autos de infração relativos à cobrança de diferencial de alíquota de ICMS decorrente de vendas de etanol destinadas a empresas situadas em outros Estados da Federação, as quais, supervenientemente, tiveram suas inscrições estaduais cassadas; (d) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial. No restritivo entendimento do Fisco Estadual, o simples fato de o óleo diesel ser utilizado por terceiros prestadores de serviços agrícolas caracterizaria utilização em fim alheio a atividade da empresa; (e) exigência de ICMS decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas pelo Fisco Estadual. (f) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos oriundos de aquisições de mercadorias de empresas que, após as operações, tiveram suas inscrições estaduais cassadas. Ocorre que o Fisco Estadual, apesar da comprovada boa-fé da empresa, desconsiderou as provas existentes e declarou, retroativamente, a inidoneidade das notas fiscais correspondentes, contrariando a Súmula 509 do STJ.
- (ii) (a) A Companhia por meio da sua controlada Comgás, possui auto de infração lavrado relativo a glosa de deduções da amortização de despesa de ágio cujo montante possível é de R\$ 618.992. (b) A Companhia possui auto de infração lavrado relativo a glosa de deduções da amortização de ágio dos anos-calendário 2011 a 2012, cujo montante possível é de R\$ 93.164. (c) A Companhia possui auto de infração relativo a variação cambial e juros incorridos por entender o Fisco que as operações societárias realizadas tiveram o intuito de postergar a liquidação de dívida contraída no exterior por meio da Emissão de Bônus Perpétuos, de modo a reduzir o resultado positivo de variação cambial, cujo montante possível é de R\$ 76.369. Os três autos de infração estão sendo questionados na esfera administrativa. (d) A controlada Cosan Lubrificantes possui auto de infração lavrado para cobrança de IRPJ e CSLL do período de apuração de 2011 e 2012, pela exclusão do Lucro Líquido do período, referente amortização de ágio na aquisição de investimentos avaliados pelo patrimônio líquido, cujo montante possível é de R\$ 178.363. Este ágio é de responsabilidade da controlada Cosan Lubrificantes e foi contribuído para a Raízen Combustíveis, sendo que a autuação foi um reflexo de autuação relativa ao período de 2009 a 2011.
- (iii) As demandas judiciais possíveis relacionadas ao PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo, previsto nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, respectivamente. Referidas glosas decorrem, em síntese, da interpretação restritiva da

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Secretaria da Receita Federal do conceito de “insumos”, bem como de divergências em relação à interpretação das referidas leis. Tais questionamentos ainda encontram-se na esfera administrativa. Há também questionamentos relativos da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo do PIS / COFINS veiculada pela Lei 9.718/98. Oportuno destacar que o Supremo Tribunal Federal já pacificou esta questão, julgando inconstitucional tal exação.

- (iv) IRRF: Em junho de 2013 a Companhia teve ciência de auto de infração lavrado para a cobrança de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte ("IR/Fonte"), no valor de R\$ 833.851 (mar/14), imputando à Companhia a responsabilidade pelo IRRF, na qualidade de responsável tributário, em virtude de um pretense ganho de capital decorrente de aquisição de ativos de empresas localizadas no exterior. A Companhia questiona tal auto de infração na esfera administrativa e, em conjunto com seus assessores jurídicos, classificaram a probabilidade de perda como possível o montante de R\$ 617.995. Já o montante de R\$ 216.855, relativo à parte da multa, está classificado como perda remota.
- (v) As demandas judiciais possíveis relacionadas ao INSS envolvem, essencialmente: (a) O questionamento acerca da legalidade e constitucionalidade da Instrução Normativa MPS/SRP nº 03 de 2005, que restringiu a imunidade constitucional das contribuições previdenciárias sobre as receitas decorrentes de exportação exclusivamente às vendas diretas, passando a tributar as exportações feitas por meio de empresas comerciais exportadoras ou trading companies; (b) Exigência de contribuição a título do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) em operações de exportação direta e indireta, em que a Receita Federal entende não haver direito à imunidade constitucional; (c) Exigência de recolhimento de contribuição previdência sobre revenda de mercadorias no mercado interno e para terceiros, que não entram no cômputo da base de cálculo da contribuição previdenciária, a qual incide apenas sobre a receita bruta decorrente da produção efetiva do estabelecimento e não de mercadorias adquiridas.
- (vi) As contingências relativas ao IPI estão relacionadas, principalmente, à Instrução Normativa SRF nº 67/98, por meio da qual foi convalidado o procedimento adotado pelos estabelecimentos industriais que deram saídas sem lançamento e recolhimento do IPI, relativos às operações com açúcares de cana-de-açúcar do tipo demerara, cristal superior, cristal especial, cristal especial extra e refinado granulado, praticadas no período de 6 de julho de 1995 a 16 de novembro de 1997 e com açúcar refinado do tipo amorfo, no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997.
- (vii) Compensações com crédito de IPI – IN 67/98. A Instrução Normativa SRF nº 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo. Diante disso, a Companhia, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos. No entanto, os pedidos de restituição, bem como de compensação, foram indeferidos pela Secretaria da Receita Federal, dando ensejo ao questionamento na esfera administrativa.

b) Cíveis e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Cíveis	592.223	522.973	1.318.404	1.132.962
Trabalhistas	348.727	368.506	376.146	398.242
	940.950	891.479	1.694.550	1.531.204

Recebíveis de processos judiciais

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia reconheceu R\$ 69.951 em dezembro de 2013 e R\$ 318.358 em 2007, correspondendo a ações movidas contra a União Federal, referente ao período em que seus produtos estavam sujeitos ao controle do governo, na qual foram impostas em uma forma incompatível com a realidade do setor. Esse ganho foi registrado no ativo não circulante, na rubrica outros ativos uma vez que na avaliação da Companhia é praticamente certa a entrada dos benefícios econômicos.

Em 31 de dezembro de 2016 houve cessão do crédito a terceiro no montante de R\$ 233.570 (líquido da provisão de honorários advocatícios), relativo ao crédito reconhecido em 31 de dezembro de 2015 pelo montante de R\$ 290.180 (líquido da provisão de honorários advocatícios) referente a mesma natureza das ações descritas acima. Foi reconhecido na linha de despesas financeiras o montante de R\$ 45.625 referente ao desconto financeiro dessa alienação (Nota 31).

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo registrado e sua correspondente provisão para honorários advocatícios totalizaram R\$ 480.723 e R\$ 59.678 respectivamente (R\$ 830.461 e R\$ 113.944 em 31 de dezembro de 2015), nas rubricas de "outros ativos" e "outros passivos" respectivamente.

A Companhia possui ações indenizatórias adicionais às mencionadas acima, as quais por serem consideradas prováveis não foram registradas por representarem ativos contingentes.

25 Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias

A Companhia contribuiu todas suas ações ordinárias de emissão da Raízen Energia S.A. e da Raízen Combustíveis S.A. e dívidas, líquidas de recursos financeiros, em montante de R\$ 1.979.519, representada por debêntures e linha de capital de giro, para a controlada Cosan Investimentos e Participações S.A.

Em 27 de junho de 2014, a Companhia celebrou Acordo de Investimentos e Outros Pactos com o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus II ("FIP Multisetorial Plus II"), e com o Razac Fundo de Investimento em Participações ("FIP Razac"). Com isso, o FIP Multisetorial Plus II e o FIP Razac subscreveram ações preferenciais, sem direito de voto, de emissão da Cosan Investimentos e Participações S.A., pelo valor total de R\$ 2.000.000, classificado como passivo financeiro (put option) nas demonstrações financeiras da Companhia.

O passivo financeiro será mensurado levando em consideração o "saldo devedor" do valor do aporte inicial acrescido da atualização financeira deduzido dos dividendos pagos (também atualizados). A Companhia terá a obrigação de realizar o pagamento aos Investidores caso eles exerçam a opção de venda do investimento em 2021.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito de R\$ 3.824.648 e R\$ 3.822.725 inteiramente integralizado, representado por 407.294.353 e 407.214.353 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 respectivamente, escriturais e sem valor nominal.

O capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 6.000.000, independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que têm a competência para fixar o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

b. Reserva legal

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foi constituído reserva legal sobre o lucro líquido por conta do excesso de 30% sobre o Capital Social, considerando o saldo dessa reserva acrescido o montante das reservas de capital, conforme art. 193 da lei das sociedades anônimas.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

c. Reserva estatutária – reserva especial

A Reserva estatutária – reserva especial tem por finalidade reforçar o capital de giro, financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas.

Esta reserva especial será formada com até 75% do lucro líquido de cada período após executadas as demais reservas de lucro e até o limite de 100% do capital social.

d. Dividendos

Em 18 de fevereiro, 12 de maio e 07 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares da Companhia, no valor total de R\$285.000 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), R\$ 290.000 (duzentos e noventa milhões de reais), R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais) nos termos do artigo 31 do estatuto social da Companhia, substancialmente, já liquidados.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônimas serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2017.

	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	1.036.085
Constituição da reserva legal – 5%	-
Base de cálculo para distribuição de dividendos	1.036.085
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(259.020)
Dividendos excedentes	(130.980)
Reserva Estatutária	646.085
Movimentação dos dividendos a pagar	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.422
Dividendos interinos exercício corrente	476.686
Dividendos do exercício	390.000
Dividendos pagos	(866.834)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	23.274

e. Reserva de Lucros a Realizar

A reserva de lucros a realizar foi constituída no exercício findo em 31 de março de 2012 quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos art. 202 da Lei nº. 6.404/76 e alterações posteriores, ultrapassou a parcela realizada do lucro líquido do período, que foi obtido pelo o lucro líquido daquele exercício deduzido do (i) resultado líquido positivo da equivalência patrimonial e (ii) o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorrerá em exercício seguinte.

f. Programa de recompra de ações

Em 11 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o plano de recompra de ações de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação. O prazo para realização da operação é de 365 dias e o máximo de ações que podem ser recompradas dentro do período é de 4.600.000 ações ordinárias (representativas de 1,129626% da quantidade total de ações).

Em 21 de dezembro de 2016 o Conselho da Administração aprovou a renovação do Programa de Recompra de ações ordinárias de sua emissão. As operações podem ser realizadas até 21 de dezembro de 2017 e o máximo de ações que podem ser recompradas é de 4.000.000 de ações ordinários (representativas de 0,98209071% da quantidade total de ações).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve recompra de ações ordinárias.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 29.539 ações em tesouraria (1.357.539 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2015), cujo preço de mercado era de R\$ 38,15 (R\$ 25,20 em 31 de dezembro de 2015).

g. Outros componentes do patrimônio líquido

	31/12/2015	Resultado abrangente			31/12/2016
		Base	Tributos diferidos	Líquido	
Efeito de conversão moeda estrangeira em subsidiária - CTA	(80.378)	72.399	-	72.399	(7.979)
Perda com hedge accounting de fluxo de caixa em controlada em conjunto e subsidiárias	(235.891)	46.605	-	46.605	(189.286)
Realização do valor justo de propriedade para investimento	190.735	(190.735)	-	(190.735)	-
Ganho (perda) com benefícios pós-emprego	4.396	(85.621)	28.988	(56.633)	(52.237)
Perda na mensuração de instrumento financeiro derivativo	(60.631)	6.000	-	6.000	(54.631)
Varição líquida no valor justo de ativos financeiros e disponíveis para venda, líquido de imposto	30.739	(9.361)	-	(9.361)	21.378
Total	(151.030)	(160.713)	28.988	(131.725)	(282.755)
Atribuído a:					
Acionistas controladores	(184.691)			(111.232)	(295.923)
Acionistas não controladores	33.661			(20.493)	13.168

	31/12/2014	Resultado abrangente			31/12/2015
		Base	Tributos diferidos	Líquido	
Efeito de conversão moeda estrangeira em subsidiária - CTA	(23.593)	(56.785)	-	(56.785)	(80.378)
(Perda) com hedge accounting de controladas em conjunto e subsidiárias	(10.686)	(224.875)	(330)	(225.205)	(235.891)
Ganho com propriedade para investimento	190.735		-	-	190.735
Ganho com benefício pós emprego	23.467	(28.895)	9.824	(19.071)	4.396
Perda na mensuração de instrumento financeiro derivativo	-	(91.867)	31.236	(60.631)	(60.631)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	22.572	12.374	(4.207)	8.167	30.739
Total	202.495	(390.048)	36.523	(353.525)	(151.030)
Atribuído a:					
Acionistas controladores	175.298			(359.989)	(184.691)
Acionistas não controladores	27.197			6.464	33.661

27 Lucro por ação

O cálculo do lucro diluído por ação foi feito através da divisão do lucro atribuível aos acionistas da controladora, ajustado para presumir a conversão de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras em controladas pela média ponderada do número de ações em circulação durante o ano, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (nota 26).

As subsidiárias da Companhia têm duas categorias de efeitos de diluição: opções de ações e opções de venda. Para as opções de ações, é feito um cálculo para determinar o efeito da diluição no lucro atribuível aos acionistas da controladora, devido ao exercício das opções de ações das subsidiárias. Para a opção de venda, é assumido como tendo sido convertidas em ações ordinárias, e o lucro atribuível aos acionistas da controladora é ajustado.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto valores por ação):

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
Lucro líquido de operações continuadas atribuível a detentores de ações ordinárias		
lucro básico por ação	1.112.141	541.168
Lucro líquido operação descontinuada atribuível a detentores de ações ordinárias		
lucro básico por ação	<u>(76.057)</u>	<u>38.915</u>
Efeito da diluição:		
<i>Put option</i>	<u>(6.371)</u>	<u>-</u>
Lucro líquido de operações continuadas atribuível a detentores de ações ordinárias ajustado pelo efeito da diluição	1.105.770	541.168
Lucro líquido de operações continuadas atribuível a detentores de ações ordinárias ajustado pelo efeito da diluição	<u>(76.057)</u>	<u>38.915</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - básico	406.274.029	405.856.814
Efeito de diluição:		
<i>Stock option</i>	1.715.167	364.204
<i>Put option</i>	5.880.423	10.833.264
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação - diluído	413.869.619	417.054.282
Lucro básico por ação ordinária	R\$2,73742	R\$1,33340
Lucro básico por ação ordinária - Operação descontinuada	(R\$0,18721)	R\$0,09588
Lucro diluído por ação ordinária	R\$2,67179	R\$1,29760
Lucro diluído por ação ordinária - Operação descontinuada	(R\$0,18377)	R\$0,09331

28 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
Receita bruta na venda de produtos e serviços	9.215.080	10.016.331
Receita de construção	339.025	408.086
Impostos e deduções sobre vendas	(2.012.312)	(2.075.236)
Receita operacional líquida	<u>7.541.793</u>	<u>8.349.181</u>

29 Despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado consolidado por função. A conciliação do resultado por natureza/finalidade para o exercício de 31 de dezembro de 2016 e 2015, como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u> (Reapresentado)
Matéria-prima	-	-	(4.184.448)	(5.217.777)
Custo de construção – ICPC 01	-	-	(339.025)	(643.760)
Despesas com pessoal	(100.367)	(96.573)	(814.217)	(519.154)

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Despesas comerciais	-	-	(72.683)	(65.096)
Despesa com transporte	-	-	(76.278)	(279.347)
Depreciação e amortização	(6.571)	(4.036)	(577.964)	(512.488)
Outras despesas	(27.995)	(25.621)	(125.295)	(151.989)
	(134.933)	(126.230)	(6.189.910)	(7.389.611)
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	(4.586.552)	(5.905.340)
Despesas com vendas	-	-	(1.032.893)	(919.166)
Gerais e administrativas	(134.933)	(126.230)	(570.465)	(565.105)
	(134.933)	(126.230)	(6.189.910)	(7.389.611)

30 Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Ganho com ações indenizatórias	-	345.193
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamento tributário	(89.661)	(16.801)
Custas com operações societárias ⁽ⁱ⁾	-	(141.988)
Outros	3.640	23.125
	(86.021)	209.529

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Ganho com ações indenizatórias	-	345.193
Efeito líquido das demandas judiciais, recobráveis e parcelamento tributário (ii)	(92.359)	(25.168)
Despesa com ajuste de inventário	(15.459)	-
Perda na alienação do imobilizado	(13.779)	(6.136)
Custas com operações societárias ⁽ⁱ⁾	-	(141.988)
Outros	5.833	20.119
	(115.764)	192.020

- (i) Valor relacionado à custos incorridos pela Companhia com os advogados, consultores, consultores de negócios e outros serviços relacionados para reorganizações societárias.
- (ii) O total também é composto pelo saldo de ajuste conforme citado na nota 2.5

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

31 Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(10.714)	(20.997)
Variação cambial	55.170	(124.978)
Derivativos e valor justo ⁽ⁱ⁾	(758.157)	1.240.116
Amortização do gasto de captação	(4.850)	-
	(718.551)	1.094.141
Rendimento de aplicações financeiras	82.749	33.282
	82.749	33.282
Custo da dívida, líquida	(635.802)	1.127.423
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	87.400	54.870
Atualização de outros ativos financeiros	18.827	-
Juros sobre capital próprio	188.052	-
Juros sobre outras obrigações	(403.741)	(330.857)
Despesas bancárias	(108.753)	(13.587)
Variação cambial	62.005	(1.588.536)
	(156.210)	(1.878.110)
Resultado financeiro, líquido	(792.012)	(750.687)
Conciliação		
Despesas financeiras	(744.408)	(598.774)
Receitas financeiras	384.590	226.167
Variação cambial	828.401	(1.618.196)
Derivativos	(1.260.595)	1.240.116
Resultado financeiro, líquido	(792.012)	(750.687)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(732.591)	(572.655)
Variação cambial	992.534	(1.511.088)
Derivativos e valor justo ⁽ⁱ⁾	(1.369.944)	1.095.188
Amortização do gasto de captação	(73.832)	-
Descontos obtidos em operações financeiras	85.962	-
Fianças e garantias	(50.819)	(23.708)
	(1.148.690)	(1.012.263)
Rendimento de aplicações financeiras	335.642	232.280
	335.642	232.280
Custo da dívida, líquido	(813.048)	(779.983)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	181.521	118.869
Atualização de outros ativos financeiros	18.827	-
Juros sobre outras obrigações	(570.691)	(478.082)
Despesas bancárias e fianças	(116.719)	(50.123)
Variação cambial	(7.759)	41.427
	(494.821)	(367.909)
Resultado financeiro, líquido	(1.307.869)	(1.147.892)
Conciliação		
Despesas financeiras	(1.720.365)	(1.395.741)
Receitas financeiras	799.912	411.838
Variação cambial	1.001.581	(623.164)
Derivativos	(1.388.997)	459.175
Resultado financeiro, líquido	(1.307.869)	(1.147.892)

- (i) O saldo de valor justo que estavam apresentados na rubrica de juros e variação monetária em 31 de dezembro de 2015 foram realocados para a rubrica de derivativos e valor justo para melhor apresentação. O impacto da realocação dos números de 31 de dezembro 2015 foi de R\$ 27.163.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

32 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações em fundos de investimento	3.203.907	2.185.352
Títulos e valores mobiliários	371.167	97.222
Outros ativos financeiros	70.487	144.208
Instrumentos financeiros derivativos	747.411	2.292.859
	<u>4.392.972</u>	<u>4.719.641</u>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	787.023	944.178
Contas a receber de clientes	753.969	799.307
Recebíveis de partes relacionadas	259.110	307.945
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	142.856	11.321
	<u>1.942.958</u>	<u>2.062.751</u>
Total	<u>6.335.930</u>	<u>6.782.392</u>
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.324.662	5.353.958
Fornecedores	1.467.570	1.544.822
Pagáveis a partes relacionadas	150.107	114.559
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	94.055	41.656
Parcelamento de débitos tributários	191.856	184.275
Obrigações com acionistas preferencialistas	1.769.427	2.042.878
Outros passivos financeiros	25.734	-
Outros passivos	137.544	147.224
	<u>9.160.955</u>	<u>9.429.372</u>
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.813.467	4.401.745
Contraprestação contingente	166.807	217.377
Plano de pensão e benefício pós-emprego	441.480	344.334
Instrumentos financeiros derivativos	283.541	740.718
	<u>4.705.295</u>	<u>5.704.174</u>
	<u>13.866.250</u>	<u>15.133.546</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Estrutura de gerenciamento de risco

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Derivativos de taxa de câmbio				
Contratos a Termo	438.689	2.058.190	(14.983)	46.200
	438.689	2.058.190	(14.983)	46.200
Risco de taxa de câmbio e juros				
Contratos de Swap (juros)	1.816.934	900.634	113.125	(69.964)
Contratos de Swap (juros e câmbio)	4.315.575	3.889.822	365.728	1.575.905
	6.132.509	4.790.456	478.853	1.505.941
Total de instrumentos contratados pela Companhia			463.870	1.552.141
Ativos			747.411	2.292.859
Passivos			(283.541)	(740.718)

Risco de crédito

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	3.990.930	3.129.530
Contas a receber de clientes	753.969	799.307
Instrumentos financeiros derivativos	747.411	2.292.859
Títulos e valores mobiliários	371.167	97.222
Outros ativos financeiros	70.487	144.208
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	142.856	11.321
	6.076.820	6.474.447

- (i) A Companhia detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' e 'Títulos e valores mobiliários' de R\$ 4.362.097 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3.226.752 em 31 de dezembro de 2015). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AAA, AA, A e BBB.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa e instrumentos financeiros derivativos são determinados por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
AAA	-	1.116.836
AA	4.124.002	3.701.377
A	725.208	297.761
BBB	260.298	542.706
	5.109.508	5.658.680

- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência, e qualquer entrega a grandes clientes costumam ter a cobertura de cartas de crédito ou outras formas de seguro de crédito.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável

Notas Explicativas - Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é o valor registrado, como demonstrado na nota 19. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa futuro não descontados) são os seguintes:

					31/12/2016	31/12/2015
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.643.470)	(2.319.652)	(4.700.204)	(8.404.650)	(17.067.976)	(17.936.372)
Fornecedores	(1.467.570)	-	-	-	(1.467.570)	(1.544.822)
Instrumentos financeiros derivativos	(41.023)	(100.992)	(16.696)	(256.604)	(415.315)	-
Outros passivos financeiros	(25.734)	-	-	-	(25.734)	-
Parcelamento de débitos tributários	(60.358)	(14.299)	(24.582)	(111.597)	(210.836)	(203.337)
	<u>(3.238.155)</u>	<u>(2.434.943)</u>	<u>(4.741.482)</u>	<u>(8.772.851)</u>	<u>(19.187.431)</u>	<u>(19.684.531)</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – afetarão os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. A Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado para determinadas operações.

a) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Reais (R\$):

Notas Explicativas - Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2016		31/12/2015	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Caixa e equivalentes de caixa	413.414	126.849	123.038	31.509
Contas a receber de clientes	11.940	3.664	16.112	4.126
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.559.995)	(1.705.991)	(5.894.172)	(1.509.468)
Contraprestação contingente	(68.388)	(20.984)	(65.064)	(16.663)
Instrumentos financeiros derivativos (nocional)	6.413.619	1.967.911	5.959.411	1.526.176
Exposição cambial, líquida	1.210.590	371.449	139.325	35.680

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2016, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações para empresas com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)					
	31/12/2016	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Em 31 de dezembro de 2016	3,2591	3,6000	4,5000	5,4000	2,7000	1,8000

A fonte externa utilizada pela Companhia para as projeções de mercado é a Tendência.

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do USD	43.243	114.164	228.328	(114.164)	(228.328)
Contas a receber de clientes	Baixa do USD	1.249	3.297	6.593	(3.297)	(6.595)
Derivativos de taxa de câmbio (nocional)	Baixa do USD	6.727	15.231	30.462	(15.231)	(30.462)
Derivativos de taxa de juros e câmbio (nocional) ⁽ⁱ⁾	Baixa do USD e alta do CDI	247.055	1.296.713	2.540.328	(1.191.046)	(2.435.157)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do USD	(581.572)	(1.535.392)	(3.070.784)	1.535.392	3.070.784
Contraprestação contingente	Alta do USD	(7.153)	(18.886)	(37.771)	18.885	37.770
		(290.451)	(124.873)	(302.844)	230.539	408.012

(i) Para a análise de sensibilidade, são considerados apenas os derivativos com riscos cambiais.

b) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de LIBOR, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Notas Explicativas - Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Exposição taxa de juros	31/12/2016				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	406.135	101.534	203.068	(101.534)	(203.068)
Títulos e valores mobiliários	42.621	10.655	21.311	(10.655)	(21.311)
Derivativos de taxa de juros	113.125	(240.421)	(442.899)	297.176	661.485
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.040.392)	(230.767)	(461.534)	230.767	461.534
Impactos no resultado	(478.511)	(358.999)	(680.054)	415.754	898.640

O cenário provável considera as projeções da Companhia para as taxas de juros, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	11,74%	14,68%	17,61%	8,81%	5,87%
CDI	11,48%	14,35%	17,22%	8,61%	5,74%
TJ462	8,50%	10,63%	12,75%	6,38%	4,25%
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%	5,63%	3,75%

A fonte externa utilizada pela Companhia para as projeções de mercado é a Tendência e Banco Central do Brasil.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor de mercado das *Senior Notes* com vencimento em 2018 e 2023 e 2027 cotadas na Bolsa de Valores do Luxemburgo (nota 19) é baseado em seu preço de mercado cotado em 31 de dezembro 2016, de 95,68 % (78,71% em 31 de dezembro de 2015), 96,05% (83,83% em 31 de dezembro de 2015) e 100,65%, respectivamente, do valor nominal de face.
- O valor justo dos Bônus Perpétuos cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (nota 19) é baseado em seu preço de mercado cotado como 31 de dezembro de 2016 de 100,03% (79,64% em 31 de dezembro de 2015) do valor de face das obrigações em 31 de dezembro de 2016.
- O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 19.

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo. Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo			
			31/12/2016		31/12/2015	
	31/12/2016	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos						
Aplicações em fundos exclusivos	3.203.907	2.185.352	-	3.203.907	-	2.185.352
Títulos e valores mobiliários	371.167	97.222	-	371.167	-	97.222
Outros ativos financeiros	70.487	144.208	70.487	-	-	144.208
Instrumentos financeiros derivativos	747.411	2.292.859	-	747.411	-	2.292.859
Total	4.392.972	4.719.641	70.487	4.322.485	-	4.719.641
Passivo						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.813.467)	(4.401.745)	-	(3.813.467)	-	(4.401.745)
Benefícios pós-emprego	(441.480)	(344.334)	-	(441.480)	-	(344.334)
Contraprestação contingente	(166.807)	(217.377)	-	(166.807)	-	(217.377)
Instrumentos financeiros derivativos	(283.541)	(740.718)	-	(283.541)	-	(740.718)
Total	(4.705.295)	(5.704.174)	-	(4.705.295)	-	(5.704.174)

Hedge accounting

Atualmente, a Companhia adota o *hedge* de valor justo para algumas de suas operações que ambos os instrumentos de *hedge* e os itens cobertos são contabilizados pelo valor justo por meio do resultado. Operações e efeitos contábeis dessa adoção são os seguintes:

	Dívida	Derivativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.522.772	(822.586)	1.700.186
Amortização dos juros	(72.662)	241.521	168.859
Valor justo	(294.099)	455.793	161.694
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.156.011	(125.272)	2.030.739

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais sobre o capital investido.

33 Benefícios pós-emprego

	31/12/2016	31/12/2015
Futura	43.401	48.414
Futura II	163	222
COMGÁS	397.916	295.698
	441.480	344.334

Plano de pensão

Contribuição definida

A Companhia concede planos de aposentadoria de contribuição definida a todos os empregados. Os ativos do plano são mantidos pelos planos Futura, administrado pela Futura II – Entidade de Previdência Complementar (“Futura II”), e Plano de Aposentadoria COMGÁS – PLAC. A Companhia e suas controladas não possuem obrigações legais ou construtivas para contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano não tenha ativos suficientes para pagamento de todos os benefícios ou eventual ocorrência de déficit.

Notas Explicativas Cosan S.A. Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os valores de contribuições das patrocinadoras para os planos totalizam R\$ 88 (R\$ 121 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Passivo atuarial

Benefício definido

Plano de benefício definido salgado, cujos participantes ativos possuem um benefício salgado calculado de acordo com o regulamento, o qual está sendo atualizado até a data do recebimento pelo índice de reajuste do plano, o que leva a Companhia a adotar como provisão o valor presente dos benefícios, e que os participantes assistidos recebem renda vitalícia pelo plano. Os principais riscos atuariais são:

- (i) a sobrevivência superior ao previsto nas tábuas de mortalidade;
- (ii) a rentabilidade do patrimônio abaixo da taxa de desconto atuarial acrescida da variação acumulada do IGP-DI; e
- (iii) a composição familiar real dos aposentados diferente da hipótese estabelecida.

A Companhia contribui aos seguintes planos de benefício definido pós-emprego:

- **Futura:**

A controlada Cosan Lubrificantes e Especialidade S.A. (“CLE”) patrocina a Futura – Entidade de Previdência Complementar (“Futura”), antiga Previd Exxon - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Este plano foi alterado para prever o seu saldamento, aprovado pela autoridade competente em 5 de maio de 2011. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os valores de contribuições da patrocinadora para o plano totalizaram R\$ 4.571 (R\$ 7.499 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015). A duração média ponderada da obrigação é de 10,66 anos. Em 2017 a controlada espera fazer contribuição no montante de R\$ 37.442 em relação ao seu plano de benefício definido.

- **COMGÁS:**

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica, pensão por morte temporária, auxílio deficiente vitalício e auxílio médico vitalício.

Esses planos são regidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, que exige que os pagamentos salariais finais sejam ajustados pelo índice de preços ao consumidor, quando pagos durante a aposentadoria. O nível de benefícios prestados depende da extensão dos serviços e salários dos participantes em idade de aposentadoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os valores de contribuições da patrocinadora para o plano totalizaram R\$ 23.588 (R\$ 16.250 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015). A duração média ponderada da obrigação é de 12 anos.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano está apresentada a seguir:

Notas Explicativas - Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Obrigações de benefício definido inicial	654.329	639.622
Custo dos serviços correntes	238	247
Juros sobre obrigação atuarial	84.017	76.009
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(2.340)	(56.544)
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	52.301	38.207
Benefícios pagos	(55.648)	(43.211)
Obrigações de benefício definido final	<u>732.897</u>	<u>654.330</u>
Valor justo inicial dos ativos do plano	(361.026)	(334.330)
Receitas de juros	(45.453)	(38.770)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(9.151)	(7.387)
Contribuições do empregador	(4.572)	(7.499)
Benefícios pagos	32.060	26.961
Valor justo final dos ativos do plano	<u>(388.142)</u>	<u>(361.025)</u>
Superávit (déficit) do exercício	<u>344.755</u>	<u>293.305</u>
Efeito do Asset Ceiling	-	51.176
Passivo líquido de benefício definido	<u><u>344.755</u></u>	<u><u>344.481</u></u>

Despesa total reconhecida no resultado:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo dos serviços correntes	(238)	(247)
Juros líquidos sobre passivo (ativo) líquido	(39.892)	(37.239)
	<u><u>(40.130)</u></u>	<u><u>(37.486)</u></u>

Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Montante acumulado no início do exercício	<u>116.430</u>	<u>90.979</u>
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	94.070	(56.544)
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	51.124	38.207
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	(9.151)	(7.388)
Mudança no superávit irrecuperável	-	51.176
Montante acumulado no final do exercício	<u><u>252.473</u></u>	<u><u>116.430</u></u>

Os ativos do plano são compostos dos seguintes:

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Percentual</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentual</u>
Renda fixa	364.659	93,95%	296.402	82,10%
Renda variável	19.407	5,00%	33.900	9,39%
Outros	4.075	1,05%	30.723	8,51%
	<u><u>388.141</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>	<u><u>361.025</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com preços cotados em mercado ativo e outras informações, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação de valor justo. A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada.

Notas Explicativas - Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

As principais premissas utilizadas para apurar as obrigações com benefícios previdenciários da Companhia são as seguintes:

	Futura		COMGÁS	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de desconto	10,84%	12,98%	10,83%	14,14%
Taxa de inflação	4,50%	5,30%	4,50%	6,50%
Futuros aumentos salariais	N/A	N/A	7,64%	9,69%
Futuros aumentos de pensão	4,50%	5,30%	4,50%	6,50%

Análise de sensibilidade

Mudanças na taxa de desconto para a data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefícios definido conforme demonstrado abaixo:

	Taxa de desconto	
	Aumento	Redução
	0,5%	-0,5%
Futura	(19.905)	21.749
Futura II	(45)	47
COMGÁS	(23.263)	20.013

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

34 Pagamento baseado em ações

Em 29 de julho de 2011, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foram aprovadas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações por parte de executivos e empregados da Companhia, autorizando a emissão de até 5% das ações do capital social da Companhia para atendimento ao plano. O plano de opção de compra de ações foi elaborado para obter e reter os serviços prestados por executivos e empregados de alto nível, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia.

Em 18 de agosto de 2011, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de ações, no montante de até 12.000.000 ações ordinárias a serem emitidas ou adquiridas pela Companhia, referentes a 2,41% do capital social da época. Nesta mesma data os executivos elegíveis foram informados dos principais termos e condições do acordo de remuneração com base em ações.

Nessa mesma data, foram outorgadas 10.525.000 opções de compra de ações divididas em três tranches, sem qualquer desconto e com as seguintes características:

- Tranche A - As opções poderão ser exercidas após o período de carência de um ano, considerando um percentual máximo de 20% por ano, do total das opções concedidas pela Companhia dentro de um período de sete anos. O período de exercício inicia em 19 de agosto de 2016.
- Tranche B - As opções poderão ser exercidas após o período de carência de um ano, considerando um percentual máximo de 10% por ano, do total das opções concedidas pela Companhia dentro de um período de doze anos. O período de exercício termina em 19 de agosto de 2021.
- Tranche C - As opções poderão ser exercidas após o período de carência de um ano, considerando um percentual máximo de 20% por ano, do total das opções concedidas pela Companhia. dentro de um período de sete anos. O período de exercício termina em 11 de dezembro de 2017.

De acordo com o valor médio de mercado das ações em um período de 30 dias que termina na data de emissão, o preço de exercício foi definido em R\$ 22,80 por ação, sem qualquer desconto.

Notas Explicativas - Indústria e Comércio

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em 24 de abril de 2013, 25 de abril de 2014 e 31 de agosto de 2015, foram outorgadas 970.000, 960.000 e 759.000 opções, respectivamente, com exercício a partir do quinto ano, para os executivos elegíveis.

O valor justo do plano de remuneração em ações foi estimado com as seguintes premissas:

Programas de opção	Expectativa de exercício (anos)	Taxa de juros	Volatilidade	Quantidade em 31/12/2016			Preço de mercado na data de outorga	Preço de exercício em 31/12/2016	Valor justo na data de outorga - R\$ ⁽ⁱ⁾
				Opções outorgadas	Opções exercidas	Em 31/12/2016			
18/08/2011 - Tranche A	1 a 7	12,39%	31,44%	4.825.000	(3.083.000)	1.347.000	22,80	23,48	6,80
18/08/2011 - Tranche B	1 a 12	12,39%	30,32%	5.000.000	(1.500.000)	3.500.000	22,80	23,48	8,15
12/12/2012 - Tranche C	1 a 7	8,78%	31,44%	700.000	(48.000)	652.000	38,89	41,64	10,10
24/04/2013	5 a 7	13,35%	27,33%	970.000		860.000	45,22	47,82	17,95
25/04/2014	5 a 7	12,43%	29,85%	960.000		945.000	39,02	38,79	15,67
31/08/2015	5 a 7	14,18%	33,09%	759.000		674.000	19,96	19,31	7,67
				13.214.000	(4.631.000)	7.978.000			

(i) A mensuração do valor justo foi efetuada no modelo de precificação *Black-Scholes*.

Expectativa de exercício – O prazo esperado pela Companhia para o exercício das opções foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções após o período de carência.

Volatilidade esperada – A Companhia optou por utilizar a volatilidade histórica de suas ações ajustada pela volatilidade recente de alguns competidores que atuam em ramos de negócios similares, haja vista a nova estrutura de capital e modelo de negócio da Companhia.

Dividendos esperados – Os dividendos esperados foram calculados com base no valor corrente das ações no mercado na data da concessão, ajustado pela taxa média de retorno de capital para os acionistas durante o período projetado. Os dividendos esperados utilizados nos modelos de precificação *Black-Scholes* foi de 3,80%.

Taxa de juros isenta de risco – A Companhia considerou a taxa de juros DI livre de riscos negociados na BM&FBOVESPA na ocasião da outorga das opções e pelo prazo equivalente ao termo das opções concedidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R\$ 8.369 (R\$ 11.279 em 31 de dezembro de 2015) haviam sido reconhecidos como despesa referente ao plano de opções. A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restante em 31 de dezembro de 2016 era de 3,4anos. A despesa a ser reconhecida nos próximos anos é de R\$ 14.830 em 31 de dezembro de 2016.

A movimentação do plano no exercício foi:

	Quantidade total de opções	Preço de exercício médio ponderado
31 de dezembro 2015	9.671.000	28,35
Canceladas	(285.000)	
Exercidas	(1.408.000)	26,65
31 de dezembro de 2016	7.978.000	29,13

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

35 Eventos subsequentes

35.1 Cessão de crédito a terceiro

Em 5 de janeiro de 2017 foi recebido o montante de R\$ 233.570 referente a cessão de crédito a terceiros descrita na nota 24.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

Cosan S.A. Indústria e Comércio

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cosan S.A. Indústria e Comércio (Companhia), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cosan S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valorização de instrumentos financeiros (Notas explicativas 3.3 e 31) – Controladora e Consolidado

Para financiamento de suas operações e investimentos em ativos não monetários, as controladas da Companhia captam recursos de terceiros, cujas condições as expõem a riscos relacionados a oscilações de moeda estrangeira e taxas de juros. De forma a reduzir tal exposição, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos, principalmente swaps de taxa de juros e câmbio, e contratos a termo. Os instrumentos financeiros derivativos, incluindo os instrumentos designados para proteção de risco (hedge de valor justo) e determinados instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado, são valorizados utilizando técnicas de valorização que geralmente envolvem o exercício de julgamento, uso de premissas e estimativas. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles internos sobre o processo de identificação, valorização, gerenciamento, reconhecimento e classificação desses instrumentos financeiros. Obtivemos a lista das instituições financeiras com as quais a Companhia detém contratos de instrumentos financeiros e obtivemos carta de confirmação sobre os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2016. Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, efetuamos recálculo independente do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e instrumentos de dívida designados a valor justo por meio do resultado utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras, em especial em relação as análises de sensibilidade, risco de taxas de juros e câmbio e a classificação dos instrumentos.

Designação e efetividade dos instrumentos financeiros derivativos para contabilidade de proteção – hedge de valor justo (Notas explicativas 3.3 e 31) – Controladora e Consolidado

As controladas da Companhia contratam instrumentos financeiros derivativos para gerir a sua exposição ao risco cambial e de taxa de juros, que surgem durante o curso normal do seu negócio. Quando apropriado, certos contratos de instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros (swaps) são designados para a contabilidade de proteção (hedge de valor justo) com o objetivo de contrapor a exposição da Companhia a variação da taxa de juros. Devido à relevância dos instrumentos financeiros protegidos, ao alto grau de julgamento e estimativas utilizadas e os possíveis impactos sobre as demonstrações financeiras, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles internos sobre o processo de identificação, designação, valorização e gerenciamento desses instrumentos financeiros. Com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, avaliamos a suficiência da documentação preparada pela Companhia para demonstrar a conciliação entre o objeto do hedge versus o instrumento designado para contabilidade de proteção e efetuamos o recálculo do teste de efetividade de cobertura prospectivo e retrospectivo preparados pela Companhia. Consideramos ainda a adequação e suficiência das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas explicativas 3.14 e 22) – Controladora e Consolidado

As controladas da Companhia reconheceram ativos fiscais diferidos, relativos a diferenças temporárias e prejuízos fiscais, considerados recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros.

A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros e na capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras e na alíquota efetiva do período. Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados com a preparação e revisão da projeção de lucros tributáveis futuros, especificamente do plano de negócios e orçamento. Comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo taxas de crescimento e de desconto. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais. Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizados, bem como a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Avaliação do valor recuperável de ágio sobre combinações de negócios (Notas explicativas 3.7 e 17) – Controladora e Consolidado

A aquisição das operações de lubrificantes em anos anteriores resultou em reconhecimento de ágio, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente. A avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto, e pode resultar em impacto relevante no valor do ágio. Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos os controles internos relativos a identificação e mensuração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas chave utilizadas nos fluxos de caixa descontados, incluindo taxas de crescimento e de desconto, baseados em informações históricas. Avaliamos a sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, por unidade geradora de caixa, com o valor contábil das respectivas unidades geradoras de caixa e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Equivalência patrimonial de controlada em conjunto (Nota explicativa 13) – Controladora e Consolidado

A Companhia possui participação indireta na controlada em conjunto Raízen Energia S.A. que atua no negócio de produção e comércio de açúcar, etanol e cogeração de energia, principalmente, produzida a partir do bagaço de cana de açúcar. Em função do segmento em que atua, a valorização dos ativos biológicos está sujeita a julgamento significativo envolvendo: área estimada de colheita, produtividade prevista, taxas de desconto, quantidade e preços projetados. Devido à relevância do investimento na Raízen Energia S.A. e ao grau de julgamento e estimativas utilizadas para valorização dos ativos biológicos, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Efetuamos o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos, discussão dos riscos de distorção relevante e envio das instruções aos auditores da controlada em conjunto. Realizamos reuniões com os auditores responsáveis pela controlada em conjunto, e efetuamos a avaliação do trabalho realizado sobre a valorização de ativos biológicos, as evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas envolvidos na auditoria da controlada em conjunto. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados pelo auditor da controlada em conjunto, bem como dos procedimentos realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Rogério Hernandez Garcia

Contador CRC 1SP213431/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

CNPJ/MF 50.746.577/0001-15

NIRE 35.300.177.045

O Conselho Fiscal da COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, no uso de suas atribuições legais, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações dos Valores Adicionados e Notas Explicativas, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido sem ressalvas, pela KPMG Auditores Independentes, concluiu que as demonstrações financeiras acima referidas, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentadas e obedecem ao disposto na Lei nº 6.404/76, razão pela qual recomenda-se o seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo (SP), 16 de fevereiro de 2017.

NADIR DANCINI BARSANULFO ALBERTO ASATO

JOSÉ MAURICIO D'ISEP COSTA MARCELO CURTI

COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

C.N.P.J. nº 50.746.577/0001-15

NIRE 35.300.177.045

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA REUNIÃO: Realizada no dia 15 de fevereiro de 2017, às 15h30 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 1.327, 4º andar, Bairro Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, São Paulo, SP.
2. CONVOCAÇÃO: Realizada por mensagem eletrônica.
3. PRESENCAS: Presentes os membros do Comitê de Auditoria da Companhia, Srs. JOÃO RICARDO DUCATTI, FELICIO MASCARENHAS E MAILSON FERREIRA DA NOBREGA. Os membros participaram da reunião presencialmente, conforme previsto no item (ii) da Cláusula 9.3. do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.
4. MESA: Presidente: JOÃO RICARDO DUCATTI; Secretário: LEONARDO PINTO NETO.
5. DELIBERAÇÕES: Nos termos do artigo 133, V da Lei nº 6.404/76, do artigo 9º, § 1º, III da ICVM 481/09, por unanimidade de votos, sem qualquer ressalva, os membros do presente Comitê de Auditoria da Companhia emitem, sem qualquer ressalva, após apreciação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, com a devida apresentação e esclarecimentos da administração dos resultados da Companhia e com a manifestação favorável da auditoria independente, KPMG Auditores Independentes, que informou não ter qualquer reserva com relação aos referidos resultados, seu parecer para análise do Conselho de Administração da Companhia, conforme artigo 13, (vi) do Regimento Interno do presente Comitê de Auditoria, parte integrante da presente ata como Anexo I.
6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada no competente Livro da Companhia. São Paulo, 15 de fevereiro de 2017. aa) JOÃO RICARDO DUCATTI – Presidente da Mesa e Coordenador do Comitê de Auditoria; FELICIO MASCARENHAS – membro do Comitê de Auditoria e LEONARDO PINTO NETO – Secretário de Mesa.

CONFERE COM A ORIGINAL, LAVRADA EM LIVRO PRÓPRIO.

SÃO PAULO, 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

LEONARDO PINTO NETO

Secretário de Mesa

ANEXO I

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA COSAN S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Os membros do Comitê de Auditoria da Cosan S.A. Indústria e Comércio ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 13 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, sem qualquer ressalva, que referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos retro mencionados, nos termos do artigo 133, V da Lei nº 6.404/76, e do artigo 9º, § 1º, III da ICVM 481/09, pelo Conselho de Administração da Companhia, com o posterior encaminhamento e análise destes pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

SÃO PAULO, 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

JOÃO RICARDO DUCATTI

Coordenador do Comitê de Auditoria

FELICIO MASCARENHAS

Membro do Comitê de Auditoria

MAILSON FERREIRA DA NOBREGA

Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 16 de fevereiro de 2017 pela KPMG Auditores Independentes, CRC 2SP014428/O-6.